cosern
Grupo Neoenergia

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2011

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.
Destaca-se a contínua evolução da base de clientes, tendo atingido em 2011 a marca de 1,2 milhão de contratos ativos, dos quais 1 milhão, residenciais, sendo que os consumidores de baixa renda foram 297 mil.
No que se refere aos investimentos aportados, foram aplicados em 2011 R$ 141,7 milhões destinados à melhoria dos padrões de qualidade operacional e a capacidade de fornecimento da energia elétrica aos nossos clientes, construção da subestação Eloi de Souza, ampliação das Subestações, Macaíba, Extremoz e Serra Vermelha. Foram realizadas ainda 77.141 novas ligações, construídos 1.347 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.261 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, além da implantação de 45.656 postes.
A receita operacional líquida alcançou, em 2011, R$ 1.150 milhões enquanto a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R$ 321 milhões. A margem do EBITDA foi 27,9% e o lucro líquido R$ 232 milhões.
As vendas de energia em GWh apresentaram um crescimento de 2,7% na energia distribuída, representando um incremento de 31 mil novos clientes.
A arrecadação bruta de R$ 1.639,84 milhão superou em 5,30% a registrada em 2010, como fruto das ações adotadas para a recuperação de créditos. O índice de arrecadação foi de 101,6% do faturamento registrado em 2011, contra 102,7% em 2010.
Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, manteve o seu endividamento no longo prazo, utilizando recursos de bancos e agências de fomento para financiar seus planos de investimento. Para fazer frente aos programas de investimentos, a COSERN mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando captar recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2011 a Empresa recebeu, aproximadamente, R$ 82,0 milhões em financiamentos de órgãos como FINEP e BNDES, recursos específicos para projetos de investimentos na concessão.
A Companhia encerrou o exercício com índice de perdas de energia de 10,82%, índice inferior ao registrado em 2010. O sistema de distribuição registrou para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 15,22 horas e para o FEC (Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 9,07 interrupções. Desconsiderada a contribuição das interrupções originadas pela transmissora, foram iguais a 14,54 horas e 7,69 interrupções, respectivamente. Ressaltamos que, com este resultado, o DEC ficou 10% e o FEC 2% abaixo das metas estabelecidas. O TMA (Tempo Médio de Atendimento) em 2011 foi de 154 minutos, ficando 2,53% abaixo do realizado em 2010.
No âmbito da responsabilidade social, destaca-se a continuidade do programa nas comunidades de baixa renda que até o final de 2011, proporcionou a doação de 9.530 geladeiras e 49.125 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes.
São por estes resultados que a COSERN reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do país, ao tempo que agradece aos seus mais de 2 mil colaboradores, diretos e indiretos, a todos os seus acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e governos Municipais, Estadual e Federal.

MARCO GEOVANNE TOBIAS DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia do Rio Grande do Norte encerrou o ano de 2011 apresentando desaceleração. Fatores como geração de empregos, vendas no comércio e exportações cresceram em ritmo mais lento. O período de inflação mais alta entre setembro do ano de 2010 e março de 2011, medidas do Governo para restringir o crédito e o crescimento menor do salário este ano diminuíram o poder de compra da população e serviram de estimulo ao desaquecimento. O fato de o Estado não ter grandes projetos em desenvolvimento no momento, também favoreceu essa desaceleração.
Houve redução do valor exportado, ainda como reflexo da desvalorização do dólar frente ao real. Já a redução do volume é reflexo da incidência de chuvas no primeiro semestre que prejudicou a safra e atrasou o embarque de alguns produtos.
Os reflexos da desvalorização do dólar também foram sentidos na quantidade de passageiros internacionais que embarcaram ou desembarcaram no aeroporto de Natal, apesar do crescimento do movimento de passageiros domésticos. Fatores como, queda do dólar, valorização do real, falta de investimentos e chuvas em excesso durante a alta temporada levaram os visitantes, brasileiros em grande parte, a evitarem Natal, fazendo com que o RN perdesse o posto de destino turístico mais procurado para outros Estados.
O volume de venda do comércio varejista ampliado que inclui as vendas de veículos e material de construção, apresentou crescimento.

2 AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1. REAJUSTE TARIFÁRIO 2011
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.139 de 19 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice de reajuste das tarifas, resultado do Reajuste Tarifário de 2011, com vigência a partir de 22 de abril de 2011, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros. Em face do encerramento de componentes financeiros do reajuste anterior, o percentual percebido na conta dos consumidores cativos foi em média de 9,86%, sendo de 9,70% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 99% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já para os consumidores cativos industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 10,27%, em média.
O Reajuste Tarifário de 2011 foi realizado em conformidade com a cláusula sétima do contrato de concessão da COSERN nº. 08/97, a qual prevê que o Poder Concedente procederá, anualmente, o reajuste dos valores das tarifas aplicáveis à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.
Para este fim, o Poder Concedente aplica fórmula prevista na subcláusula sexta da cláusula sétima do Contrato de Concessão, onde são observadas as variações dos custos não gerenciáveis da concessionária - Parcela A (compra de energia, encargos e tributos) e a variação anual do IGPM, o qual reajusta os custos gerenciáveis - Parcela B (custos de operação e manutenção, depreciação e remuneração de capital), que compõe a Receita da Concessionária.
Os encargos setoriais e tributos continuam tendo uma grande participação nos custos da tarifa de energia elétrica, representando 33% da mesma. Já as despesas com a compra e transmissão de energia respondem por 38%. Cabe à COSERN os 29% restantes para cobrir os custos de operação, manutenção, administração do serviço e investimentos.
2.2. NOVA METODOLOGIA DE REVISÃO TARIFÁRIA
A ANEEL definiu a metodologia para o 3º ciclo de revisões tarifárias através da Resolução Normativa nº 457 de 08 de novembro de 2011. Para as distribuidoras do Grupo Neoenergia a nova metodologia de revisão tarifária será aplicada e seus efeitos percebidos a partir de abril de 2013, quando da 3º revisão tarifária das empresas, conforme previsto nos contratos de concessão.
A Taxa de Remuneração de Capital (WACC), que no 2º ciclo de revisões foi de 9,95% (após impostos), foi definida para o 3º ciclo de revisões como 7,50% (após-impostos). Para as empresas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, a ANEEL, fixou taxa diferenciada, considerando a possibilidade de obtenção de benefício Fiscal, estabelecido em Lei. Tendo em vista que a decisão administrativa desnatura benefício fixado em Lei as empresas ingressaram com ação judicial através da ABRADEE, Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica.
Para o estabelecimento dos níveis regulatórios de custos operacionais será utilizada uma nova metodologia, baseada em benchmarking e na análise da eficiência média setorial, sendo reconhecido nas tarifas a eficiência média. Foi também definida uma trajetória de redução dos custos operacionais a ser aplicada ao longo do ciclo tarifário.
O Fator X será calculado considerando a produtividade; a qualidade e a trajetória de custos operacionais. O Fator de produtividade será estabelecido por benchmarking na qual é analisada a produtividade média setorial, considerando a evolução verificada do mercado, custos, redes e investimentos. O componente de qualidade será aplicado em função da evolução dos indicadores de qualidade da empresa (DEC e FEC), a ser apurado nos reajustes anuais entre as revisões tarifárias.
Para a Base de Remuneração foi mantida a metodologia utilizada e será feita a avaliação dos investimentos incrementais, com a "blindagem" da base de remuneração avaliada no 2º ciclo de revisão.
Houve ampliação do conjunto de receitas capturadas para modicidade tarifária. Especificamente para as receitas com ultrapassagem de demanda e excedente reativos, a ANEEL determinou sua destinação para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, o que também deve ser objeto de questionamento judicial pela ABRADEE.
Para perdas de receitas irrecuperáveis foi mantida a metodologia utilizada no 2º ciclo com poucas alterações. Os índices de inadimplência regulatória a serem reconhecidos passaram a ser estabelecidos por classe de consumo. Para a parcela dos encargos setoriais serão reconhecidas as inadimplências reais de cada empresa.
A metodologia utilizada para perdas de energia no 2º ciclo teve poucas alterações. Serão definidos limites máximos de trajetória de redução de perdas não técnicas considerando agrupamentos de empresas por clusters e níveis de perdas.
2.3. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO
Ao longo do ano de 2011, a empresa teve que adequar seus procedimentos e, principalmente, seu sistema comercial (SAP/CCS) ao que foi estabelecido pela Resolução Normativa nº 414/2010, de 09 de setembro de 2010 (ReN 414/2010).
Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, publicou diversas Resoluções Normativas ajustando ou mesmo alterando a ReN nº 414/2010, alterações essas que trouxeram impactos regulatórios para os processos operacionais da empresa, dentre as quais se pode destacar:

- Em 15 de fevereiro de 2011, através da publicação da Resolução nº 426/2011 e posteriormente pela Resolução nº 436, de 24 de maio de 2011, foram prorrogados os prazos estabelecidos para perda da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda que atendiam aos critérios das Resoluções nº 246 e 485/2002.
- Em 29 de março de 2011, através da publicação da Resolução nº 431, foi adequada a redação dos artigos regulamentares da forma de envio das informações referentes aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda T5 (Res. nº 246 e 485/2002), T6 (indígenas), T7 (quilombolas) e T8 (unidades multifamiliares) até a publicação de resolução específica.
- Em 06 de setembro de 2011, através da Resolução nº 448, foram prorrogados alguns prazos para implantação de novas regras contidas na res. nº 414/2010, com destaque para o prazo que as distribuidoras tinham para certificarem seus laboratórios de medidores como posto de ensaio autorizado, pelo órgão metrológico.
- Em 20 de setembro de 2011, através da Resolução nº 449, foram alteradas/incluídas as definições quanto à caracterização de subclasses da Classe Rural (agropecuária rural e urbana, residencial rural, cooperativa de eletrificação rural, agroindustrial, serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica e aquicultura) em função da AP nº 044/2011.
- Em 22 de novembro de 2011, através da Resolução nº 464, foi alterada a redação do art. 59, onde a Concessionária passa a definir e submeter à ANEEL os horários de ponta e fora de ponta, conforme disposto no PRODIST.

Além das alterações na ReN nº 414/2010, merecem atenção algumas Audiências Públicas (AP) que se encontram em andamento (em diferentes estágios e sem resultado final publicado até o final de 2011), que tratam de aspectos relevantes do dia a dia da relação comercial da empresa com os seus clientes, entre os quais podem ser destacados:

- AP 034/2011, que propõe o estabelecimento de novos procedimentos a serem seguidos pelas distribuidoras na análise de processos de ressarcimento de danos elétricos, previstos na ReN nº 414/2010.
- AP 049/2011, que promove alterações diversas na ReN nº 414/2010, algumas delas com impactos operacionais significativos ao longo de 2012, tanto positivos como negativos, inclusive no SIC/CCS, tais como:

- Restrição da suspensão do fornecimento de energia elétrica em vésperas de final de semana e feriado;
- Regulamentação da cobrança de "multa" por encerramento contratual antecipado para clientes do grupo A optante por faturamento do grupo B, atualmente não explícito;
- Quando da antecipação da execução da obra, restituição do valor ao cliente em até 03 meses após a energização da UC;
- Regulamentação de contratos com previsão de aumento gradativo do MUSD;
- Definição de procedimentos a serem adotados pela Distribuidora quando da não assinatura, pelo consumidor, de contratos e aditivos;
- Regulamentação da realização de leitura em casos de encerramento contratual para consumidores livres;
- Explicita procedimentos diante de sucessão comercial e limita o prazo máximo de cobrança para até 60 meses; e
- Redução do prazo para solução de reclamação para 5 dias (na Resolução nº 456/00 o prazo regulamentado era de 30 dias).

Ainda no âmbito das relações comerciais, no aspecto tocante à qualidade do fornecimento, merece destaque a Resolução Normativa nº 469, de 13 de dezembro de 2011 (ReN nº 469/2011), que aprova a Revisão 4 dos Módulos 1 e 8 e a Revisão 5 do Módulo 6 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST, que entre outras mudanças cria um novo indicador de continuidade, denominado Duração da Interrupção Individual Ocorrida em Dia Crítico (DICRI), que incentiva as distribuidoras a atuarem de forma mais célere em dias críticos, evitando que a interrupção do fornecimento de energia elétrica perdure por períodos muito elevados nesses dias.
2.4. OBRIGATORIEDADE DE IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA
Um outro ponto que vinha sendo trabalhado pela ANEEL e terminou por se transformar em mais uma norma a ser cumprida pelas distribuidoras de energia elétrica, se refere à Resolução Normativa nº 470, de 22 de dezembro de 2011 (ReN nº 470/2011), que estabelece as disposições para funcionamento das ouvidorias das distribuidoras, sujeitando-as à penalidades previstas nos regulamentos setoriais, caso não haja a instituição da Ouvidoria na distribuidora ou não seja dada as condições para seu adequado funcionamento. Os pontos relevantes dessa norma são:

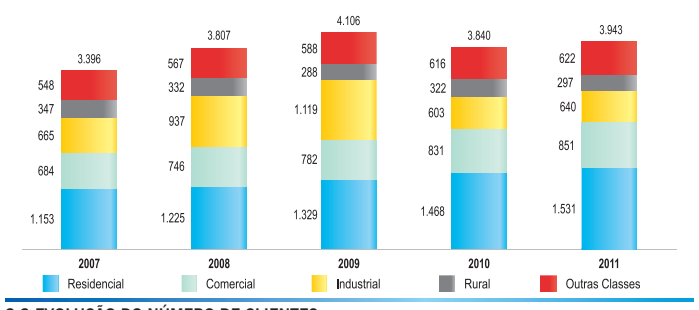
- Obrigação da implantação para todas as distribuidoras;
- Manutenção de estrutura física específica que atenda às reclamações que não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento, bem como que proponha melhorias no processo interno;
- Obrigação da implantação de atendimento presencial e liderança local;
- Obrigação da divulgação da existência da Ouvidoria, especialmente em seu sítio eletrônico;
- Obrigação de disponibilizar, no mínimo durante o horário comercial nos dias úteis, canal telefônico gratuito e exclusivo ao atendimento da Ouvidoria em toda área de concessão para ligações provindas de telefone fixo ou móvel;
- Os atendimentos da Ouvidoria devem gerar um número de protocolo, o qual deve ser informado, após o registro da manifestação;
- Manutenção de sistema informatizado de controle das manifestações recebidas e histórico de atendimentos, com as informações e documentações disponíveis, para a ANEEL e para o cliente, pelo prazo mínimo de 5 anos;
- Responder às manifestações registradas e encaminhadas pela ANEEL e Agências Estaduais conveniadas;
- Elaborar e encaminhar à autoridade máxima executiva da distribuidora relatórios semestrais, quantitativos e qualitativos, acerca da atuação da ouvidoria;
- Encaminhar à ANEEL, em meio digital, relatório mensal contendo os registros das manifestações registradas e encerradas no mês; e

Define o prazo de até 180 dias após a publicação de adequação para comunicação à ANEEL do nome do Ouvidor e a data da sua indicação.

3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
O mercado de distribuição de energia da COSERN registrou o montante de 4.575 GWh, representando um crescimento de 1,21% em relação ao ano de 2010. Desse mercado, 86% refere-se ao consumo do mercado cativo e 14% do mercado livre.
3.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO CATIVO - VENDAS DE ENERGIA
O Mercado cativo da COSERN apresentou uma crescimento de 2,70%, em relação ao ano de 2010, o que representa um aumento de 104 GWh. Este aumento deve-se ao retorno de clientes para o mercado cativo, como foram os casos da Coteminas, Vicunha e Itapetinga, além da entrada de uma nova fábrica de cimento no Estado, o que resultou em um aumento de 6,16% na classe industrial. Por outro lado, em função do alto índice de chuvas e da baixa sensação térmica registrados em 2011, a classe rural apresentou queda de 7,65%, assim como a classe residencial que cresceu apenas 4,34%, ficando abaixo do crescimento histórico, e o comércio que também é bastante afetado pelas baixas temperaturas, cresceu apenas 2,47% em relação ao ano de 2010.

Evolução das Vendas (GWh)



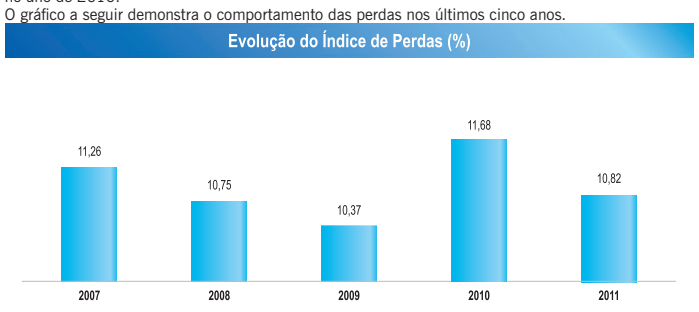
3.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES
Em 2011 a COSERN registrou 1.163.831 consumidores ativados, o que representou um acréscimo de 30.875 novos clientes, equivalente a um crescimento de 2,73%, em relação a 2010. Do acréscimo mencionado, 31.642 referem-se à classe Residencial, 1.681 à classe Comercial, enquanto que a classe Rural apresentou queda de 2.987 clientes. As demais classes registraram um aumento de 539 novos clientes no ano de 2011.

Evolução do Número de Clientes Ativos (milhares)

	2007	2008	2009	2010	2011	Participação em 2011
Residencial	836	873	915	968	1.000	85,9%
Comercial	67	68	71	75	76	6,5%
Industrial	5	5	5	5	5	0,4%
Rural	50	52	65	66	63	5,4%
Outras Classes	16	17	18	19	20	1,7%
Número total de clientes ativos	**974**	**1.014**	**1.074**	**1.133**	**1.164**	**100,0%**

3.4 PERDAS
Em 2011 o índice de perdas na COSERN foi de 10,82%, em relação à energia injetada (carga própria mais mercado livre), representando uma redução de 0,86% em relação à marca de 11,68% observada no ano de 2010.
O gráfico a seguir demonstra o comportamento das perdas nos últimos cinco anos.

Evolução do Índice de Perdas (%)



Dentre as ações neste exercício, destaca-se a realização de 68.252 inspeções nos clientes do Grupo B (aumento de 92,63% em relação a 2010); substituição de 10.947 medidores eletromecânicos trifásicos (aumento de 15,84% em relação a 2010) e 8.453 monofásicos (aumento de 23,80% em relação a 2010) por medidores eletrônicos; regularização de 8.467 consumidores clandestinos com a necessidade de construção de 3.763 sem a necessidade de rede elétrica.
3.5 RECEITA DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Detalhamento da Receita da Distribuição de Energia - (R$ Mil)

	2007	2008	2009	2010	2011	Participação 2011
Residencial	382.821	399.579	443.975	531.713	586.065	42,3%
Comercial	245.149	272.243	292.700	336.793	356.084	25,7%
Industrial	174.647	227.465	278.715	175.273	186.703	13,5%
Rural	56.283	46.690	47.705	66.496	60.927	4,4%
Outras Classes *	158.953	157.627	168.378	192.235	196.557	14,2%
Total Fornecimento	**1.017.852**	**1.103.604**	**1.231.473**	**1.302.510**	**1.386.336**	**95,6%**
Total Ambiente Livre	**43.411**	**24.154**	**15.432**	**56.419**	**64.200**	**4,4%**
Total da Distribuição	**1.061.263**	**1.128.178**	**1.246.905**	**1.358.929**	**1.450.536**	**100,0%**

* Excluída a Receita Não-Faturada
A receita faturada obtida com a distribuição de energia nos mercados cativo e livre atingiu R$ 1.450 milhões, onde 95,6% dessa receita foram provenientes do atendimento ao mercado cativo. A parcela de 4,4% referente ao mercado livre, que equivale a R$ 64,2 milhões, concentrou-se praticamente na classe industrial.
3.6 ARRECADAÇÃO
O Índice de Arrecadação - IAR, entendido como o valor total arrecadado com energia e títulos, inclusive de exercícios anteriores, em relação aos valores faturados por fornecimento de energia com vencimento no exercício, atingiu em 2011 o índice de 101,6%, contra 102,7% do ano anterior.
A performance da arrecadação tem sido determinada positivamente pelo conjunto de ações adotadas para redução da inadimplência e aumento da recuperação de créditos, que envolvem a suspensão do fornecimento de energia elétrica, registro dos inadimplentes no SPC e SERASA, emissão de duplicatas mercantis, protesto de promissórias, melhoria do cadastro de clientes e atuação nas esferas judiciais
3.7 COMPRA DE ENERGIA
Ao longo do ano, a Companhia participou de quatro MCSDs - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits devolvendo energia. Sendo o primeiro um MCSD Troca - Livre, com devolução a partir de 1º de março/2011; o segundo a partir de junho/2011 e o terceiro a partir de setembro/2011, um MCSD Mensal, com devolução a partir de 1º de outubro/2011. Adicionalmente a COSERN comprou energia, com entrega a partir de janeiro de 2014 e 2016, através dos leilões A-3 e A-5.

4 INVESTIMENTOS

Em 2011 a COSERN investiu R$ 141,7 milhões, sendo R$ 139,2 milhões provenientes de recursos próprios e R$ 2,5 milhões oriundos de recursos de terceiros e subvenções, os quais foram destinados à melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes, conforme descrito a seguir:

Evolução dos Investimentos

R$ Mil	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)
Distribuição	77.869	100.449	112.786	132.645	135.735	2,3%
Comercialização	-	-	-	126	-	(100,0%)
Administração	10.919	22.887	18.617	9.891	6.011	(39,2%)
Total	**88.788**	**123.336**	**131.403**	**142.662**	**141.746**	**(0,6%)**

No programa de Instalações Gerais, foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio.
4.1 EXPANSÃO DE REDE
Com relação a Linhas de Distribuição em Alta Tensão, foram destinados recursos para construção das Linhas de Distribuição (LD) em 69 kV Tangará - Eloi de Souza (25 km), 1ª etapa da LD Natal III - Passagem de Areia (7,6 km) e para a continuação da construção da LD Acari - Caicó C2 (50,3 km).
Em subestações, foram alocados recursos para a construção da subestação Eloi de Souza (10/12,5 MVA), ampliação das Subestações Macaíba (2º transformador de 10/12,5 MVA), Extremoz (2º transformador de 20/26,6 MVA) e Serra Vermelha (substituição do transformador de 10/12,5 MVA por 20/26,6 MVA).
No Programa de Distribuição, foram realizadas 77.141 novas ligações. Com isso, foram construídos 1.347 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.261 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, além da implantação de 45.656 postes.

Principais Ativos Elétricos

R$ Mil Distribuição de Energia	2007	2008	2009	2010	2011	Variação (%)
Linhas de Transmissão (Km)	2.001	2.002	2.048	2.053	2.092	1,9%
Subestações (Un)	55	56	56	58	59	1,7%
Transformadores de Força (Un)	73	74	73	76	79	3,9%
Potência Instalada (MVA)	981	1.001	1.032	1.101	1.169	6,2%
Linhas de Distribuição (Km)	38.065	39.721	41.628	42.936	44.239	3,0%
Transformadores de Distribuição (Un)	30.554	32.582	37.698	39.772	40.818	2,6%

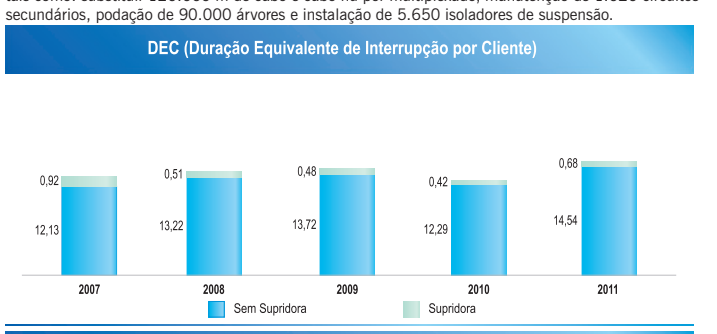
4.2 MODERNIZAÇÃO
Foi realizada a substituição de relés microprocessados, permitindo contemplar novas funcionalidades na proteção do sistema, tais como neutro sensível e localizador de falta. Em 2011 foram substituídos todos os relés nas subestações JPR, ACR, CNT, MCA, PNC, NTU, EST, NCR e PLH. Na SE ACR além de ser substituídos os relés foi substituída a remota.
Ao longo da rede de distribuição foram instalados 15 religadores telecomandados e 15 chaves seccionalizadoras telecomandadas. Permitindo uma maior flexibilidade operacional e confiabilidade da rede de distribuição da empresa, com impacto principal nos índices de DEC, FEC e TMA.
Aquisição de rádios em IP para comunicação das subestações viabilizando comunicação de dados em alta velocidade, entre 2 MB e 54 MB, disponibilizando além de canais de comunicação para automação de subestações, vídeo-vigilância e acesso remoto às proteções. Onde os novos rádios foram ativados nas subestações PSA, LTS, RBA, IGA, MST, MSU e BRO.
Foi desenvolvido sistema automático de envio de mensagem aos celulares corporativos de perda de comunicação em subestação(ões), tecnologia necessária para informar on-line aos gestores e analistas da empresa quais são as subestações que estão sem comunicação, onde todas as subestações possuem esta ferramenta.
Instalação de nova topologia de interligação dos relés de proteção as remotas, onde substituímos os vários cabos elétricos por apenas um cabo óptico para comunicar os relés de proteção com a remota, reduzindo assim a complexidade da remota, custo do projeto, tempo de montagem (menos cabos) e diminuindo futuras possibilidades de defeito na subestação, facilitando assim os processos de manutenção. Foi aplicada esta nova topologia nas subestações de RBA, ACR, JPR, NTU e CNT.
Substituição dos atuais modens óticos das comunicações entre o centro de operação COI e a rede Cosernet, por novos switches diretamente ligados a fibra ótica, proporcionando um aumento da velocidade de rede de 2MB para 2GB.
Ativação de repetidora VHF Digital nos PA´s de Pau dos Ferros e Caraúbas disponibilizando canal com qualidade digital de comunicação de voz entre as viaturas destes PA´s e o COI.
4.3 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D
Em 2011 foi finalizado o projeto de P&D cooperado, Metodologia para Estabelecimento de Estrutura Tarifária para o Serviço de Distribuição de Energia Elétrica. A relevância deste projeto pode ser estimada pela movimentação de recursos financeiros e humanos (aproximadamente 30 profissionais das distribuidoras e 37 pesquisadores das entidades de ensino e de consultoria) para o seu desenvolvimento, bem como pelos impactos na economia e sociedade.
Além da execução desse projeto, 2011 também foi marcado pela sequência de mais nove projetos de P&D em andamento na COSERN onde foram investidos mais de 2,8 milhões de reais no pagamento das consultorias, materiais, equipamentos e das horas de dedicação da equipe da COSERN no desenvolvimento desses projetos de P&D.
Destacamos também que a COSERN, junto com a COELBA e CELPE, participará do P&D estratégico 013/ANEEL para proposição de um projeto de P&D com o objetivo de definir "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Energia Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira". O projeto prevê a instalação de uma planta piloto de 1 MW na Cidade da Copa, em Recife, um laboratório de referência nacional em energia solar, em Salvador, e desenvolvimento de tecnologia nacional em conversão eletrônica.
4.4 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
Sob a premissa de práticas ambientalmente sustentáveis, em 2011, além das ações desenvolvidas pela Unidade de Meio Ambiente, descritas no item 9.3 deste relatório, a COSERN deu continuidade aos projetos do Programa de Eficiência Energética "Energia Verde" e "Nova Geladeira", onde foram realizadas palestras sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica para um público de mais de 10.000 participantes, aos quais foram doadas lâmpadas e geladeiras eficientes, mediante troca por equipamentos ineficientes.
O projeto "Energia Verde", que foi iniciado em 2010, obteve até dezembro de 2011, a inscrição de cerca de 2.500 clientes, proporcionando a troca de 2.200 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R$ 500 mil em bônus aos clientes inscritos no projeto, para incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 10.000 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.
As ações do Projeto Energia Social "Nova Geladeira", em 2011, contemplaram 19 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, dirigidas a consumidores classificados como baixa renda, conforme enquadramento na Tarifa Social do Governo Federal, para os quais a COSERN realizou palestras de educação sobre o uso racional e eficiente de energia, e promoveu a doação de 9.530 geladeiras e 49.125 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes.
4.5 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
O ano de 2011 foi marcado essencialmente pelos grandes projetos de natureza regulatória, com a implantação do Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e da Resolução nº 414 da Aneel que trata das Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.
Em Tecnologia da Informação foram providos recursos para viabilizar nos seus sistemas técnicos, comerciais e administrativos/financeiros as adequações necessárias para atendimento às demandas do negócio que foram reestruturadas com as novas regras regulatórias.
Nos sistemas comerciais foram implantadas alterações para atender aos artigos da citada resolução nº 414, cujos esforços concentraram-se na aplicação SAP-ISU/CCS, em todo o seu ciclo comercial, que compreende o atendimento, serviços, faturamento, arrecadação e cobrança. Em especial, foram realizadas melhorias significativas nos processos que afetam o tempo de atendimento comercial e uma reestruturação no processo de cobrança, aprimorando-o para o incremento de ações de negativação, suspensão e regularização de instalações.
Com a implementação do MCPSE, muito se realizou para que as bases de cadastro técnico e de ativos fossem equalizadas. Para isto, as integrações entre os sistemas técnicos e sistemas administrativos/financeiros foram reimplementadas e melhorias foram introduzidas nestes dois sistemas a fim de se compatibilizar estas integrações. Pode-se citar a implementação do módulo New GL no SAP R/3 e Portal Regulatório no sistema Gestão do Sistema Elétrico - GSE.
Quanto a infraestrutura, os indicadores de performance mostram uma evolução relevante na modernização do parque tecnológico, com 14% de renovação de equipamentos no ano, uma disponibilidade média de 99,1% nos sistemas de missão crítica.
Para que a sustentação e os projetos de TI sejam viabilizados em tempo, em qualidade e novos patamares de produtividade, a estrutura da TI foi organizada por disciplinas (governança, aplicações e infraestrutura) aplicada sobre uma dimensão matricial dentro da holding e também introduzido um novo modelo de prestação de serviço através de indicadores (SLA e SLO). O principal objetivo foi preparar a TI para superar os desafios e suportar a conquista de novas oportunidades de modernização tecnológica e de gestão.

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

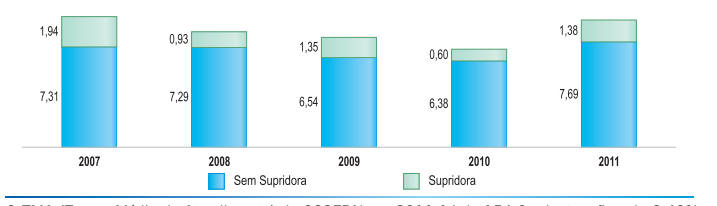
Indicadores Operacionais	2007	2008	2009	2010	2011
Número de Empregados	731	738	733	739	725
Número de Clientes por Empregado	1.332	1.374	1.466	1.533	1.605
Vendas por Clientes (MWh)	3,49	3,75	3,82	3,39	3,39
Vendas por Empregado (GWh)	4,65	5,16	5,60	5,20	5,44
Clientes por km²	18,3	19,0	20,2	21,3	21,8

5.1 QUALIDADE NO FORNECIMENTO
No ano de 2011, o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 15,22 horas e para o FEC (Freqüência Equivalente de Interrupção por Consumidor) valor igual a 9,07 interrupções.
Os valores dos indicadores de continuidade DEC e FEC, desconsiderada a contribuição das interrupções originadas pela transmissora, foram iguais a 14,54 horas e 7,69 interrupções, respectivamente.
A COSERN atingiu o patamar de 100% no cumprimento do plano de manutenção da transmissão (linhas e subestações) e no plano de manutenção da distribuição. Destaca-se o cumprimento de ações tais como: substituir 120.000 m de cabo e cabo nu por multiplexado, manutenção de 1.020 circuitos secundários, podação de 90.000 árvores e instalação de 5.650 isoladores de suspensão.

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente)

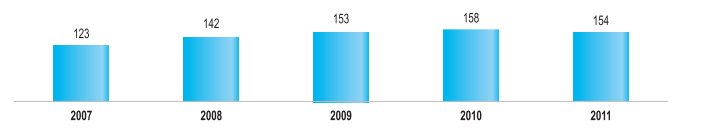


FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)



O TMA (Tempo Médio de Atendimento) da COSERN em 2011 foi de 154,0 minutos, ficando 2,49% abaixo do realizado em 2010.

TMA (Tempo Médio de Atendimento) - Minutos



Em relação ao nível da tensão de fornecimento, mantivemos o Índice de Unidades Consumidoras com Tensão Crítica (ICC) igual a zero durante o ano de 2011. Este indicador representa a qualidade da tensão de fornecimento aos clientes que são selecionados de forma amostral pela ANEEL, tendo a Empresa apresentado padrões dentro dos estabelecidos pelo Órgão regulador.
5.2 ATENDIMENTO AO CLIENTE
No ano de 2011 foram realizados cerca de 4 milhões e 203 mil atendimentos distribuídos pelos canais de relacionamento disponibilizados pela COSERN, representando um acréscimo de 63,33% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior, motivado pelo acréscimo de 146 Agências de Atendimento Presencial e pela criação da Agência Virtual, que disponibiliza serviços através do site da Cosern. Desse total, cerca de 80% dos atendimentos foram realizados pelo Teleatendimento.
A média mensal de atendimentos nas Agências de Atendimento Presencial em 2011 foi de 57.584, representando um acréscimo de 23% em relação ao ano anterior.
Dando continuidade à implementação da cultura da adimplência por parte do Poder Público, o Departamento de Atendimento a Clientes, através da Unidade de Atendimento do Poder Público, deu andamento ao plano de estreitamento do relacionamento, visitando 25 importantes órgãos do Governo do Estado, com o objetivo de orientar e esclarecer os pontos principais de relacionamento com a empresa, proporcionando maior agilidade para atendimento às solicitações das administrações públicas e uma maior integração com aqueles órgãos. Acompanhamos a tramitação dos pagamentos da Administração Estadual e da Prefeitura de Natal, buscando soluções para eliminar os entraves que por ventura impedissem a quitação dos compromissos com a Concessionária, proporcionando excelentes resultados. O trabalho iniciou-se com a abertura do orçamento anual, onde foram solicitados dos órgãos daqueles dois entes públicos os correspondentes documentos de empenhos, devidamente assinados pelos ordenadores de despesas, obtendo quase 100% de vinculação da previsão orçamentária com a previsão de despesa com energia elétrica. Permanecemos com o trabalho de identificação das unidades do Poder Público, atendidas pelo Grupo "A", sem demanda contratada, com demanda de ultrapassagem ou, ainda, com demanda mal contratada, sendo feito estudo do consumo, para contratação ou recontratação, conforme o caso, objetivando, com isso, a redução dos custos com energia elétrica, por parte desses clientes, diminuindo a necessidade

...Continuação

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 INDICADORES EMPRESARIAIS

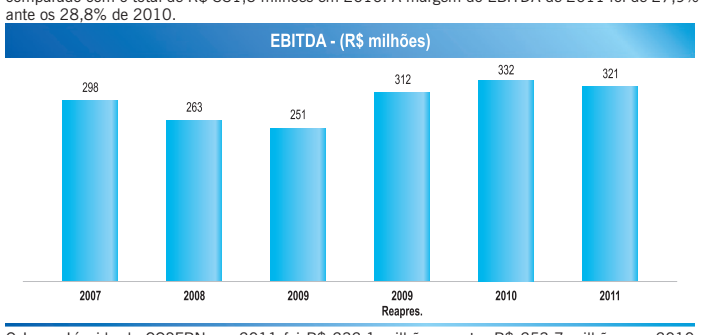
Dados Econômico-Financeiros	2007	2008	2008 Reapresentado	2009	2009 Reapresentado	2010	2011	Variação 2010/2011
Receita Operacional Bruta (R$ Mil)	1.091.753	1.165.257	1.165.257	1.265.696	1.469.736	1.625.513	1.670.715	2,8%
Receita Operacional Líquida (R$ Mil)	749.818	796.266	796.266	855.089	1.060.161	1.150.843	1.149.671	(0,1%)
EBITDA (R$ Mil)	297.812	262.604	262.604	250.875	312.169	331.506	320.914	(3,2%)
Resultado do Serviço - EBIT (R$ Mil)	258.720	227.235	227.235	217.504	277.940	267.756	268.817	0,4%
Resultado Financeiro (R$ Mil) - Exceto JSCP	(12.798)	20.171	20.171	14.165	23.807	33.950	1.722	(94,9%)
Lucro Líquido (R$ Mil)	169.114	212.344	212.344	197.165	244.788	253.664	232.128	(8,5%)
Ativo Total (R$ Mil)	1.301.559	1.330.081	1.255.233	1.502.844	1.466.970	1.500.690	1.681.638	12,1%
Investimentos (R$ Mil)	88.788	123.336	123.336	131.403	131.403	142.662	141.746	(0,6%)
Dívida Bruta (R$ Mil)	420.777	423.798	423.798	413.961	413.961	518.072	634.772	22,5%
Dívida Líquida (R$ Mil) *	346.735	364.858	364.858	296.825	296.825	447.978	434.058	(3,1%)
Patrimônio Líquido (R$ Mil)	513.013	551.633	556.484	585.391	658.190	719.912	769.748	6,9%
Indicadores Econômico-Financeiros								
Margem EBITDA	39,7%	33,0%	33,0%	29,3%	29,4%	28,8%	27,9%	(0,8) p.p.
Margem EBIT	34,5%	28,5%	28,5%	25,4%	26,2%	23,3%	23,4%	0,1 p.p.
Margem Líquida	22,6%	26,7%	26,7%	23,1%	23,1%	22,0%	20,2%	(1,8) p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	23,27	(13,0)	(13,02)	(17,71)	(13,11)	(9,76)	(186,36)	1808,6%
Dívida Líquida/EBITDA**	1,16	1,39	1,39	1,18	0,95	1,35	1,35	0,1%
Índice de Endividamento Líquido	40,3%	39,8%	39,6%	33,6%	31,0%	38,4%	36,1%	(2,3) p.p.
Ações								
Valor Patrimonial da Ação (R$ lote de mil ações)	3.052	3.282	3.311	3.483	3.937	4.283	4.580	6,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	1,01	1,26	1,26	1,17	1,46	1,51	1,38	(8,5%)
Distribuição de Dividendos e JSCP (R$ Milhões)	169	174	163	163	163	195	199	2,1%

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

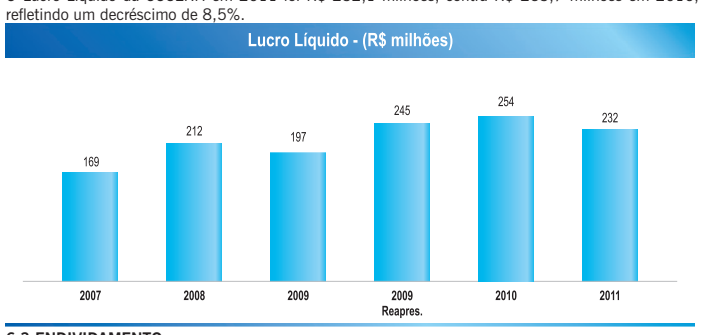
A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	2008	2009	2009 Reapresentado	2010	2011	Var. %
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**212.344**	**197.165**	**244.788**	**253.664**	**232.128**	**(8,5%)**
Amortização do ágio e reversão PMIPL	9.321	8.933	8.933	8.965	8.640	(3,6%)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	24.614	23.493	48.026	39.077	29.771	(23,8%)
Alienação/desativação de bens e direitos	1.127	2.078	1.186	18.558	(507)	(102,7%)
Resultado financeiro	(20.171)	(14.165)	(23.807)	(33.950)	(1.722)	(94,9%)
Depreciação e amortização	35.369	33.371	33.043	45.192	52.604	16,4%
(=) EBITDA	**262.604**	**250.875**	**312.169**	**331.506**	**320.914**	**(3,2%)**

O EBITDA foi de R$ 320,9 milhões em 2011, o que representa uma redução de 3,2% quando comparado com o total de R$ 331,5 milhões em 2010. A margem do EBITDA de 2011 foi de 27,9% ante os 28,8% de 2010.



O Lucro Líquido da COSERN em 2011 foi R$ 232,1 milhões, contra R$ 253,7 milhões em 2010, refletindo um decréscimo de 8,5%.

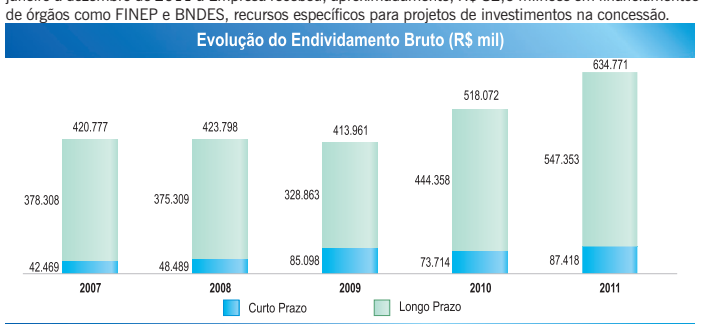


6.3 ENDIVIDAMENTO

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R$ 634,7 milhões em 2011, ficando 22,53% acima de dezembro de 2010, no valor de R$ 518,0 milhões, representando 82,46% do patrimônio líquido. Atualmente, o endividamento da Companhia está concentrado no longo prazo.

Em dezembro de 2011, o prazo médio da dívida foi de 2,98 anos, contra 2,97 anos em dezembro de 2010, com o custo da dívida da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 88,9% do CDI em 30 de dezembro de 2011.

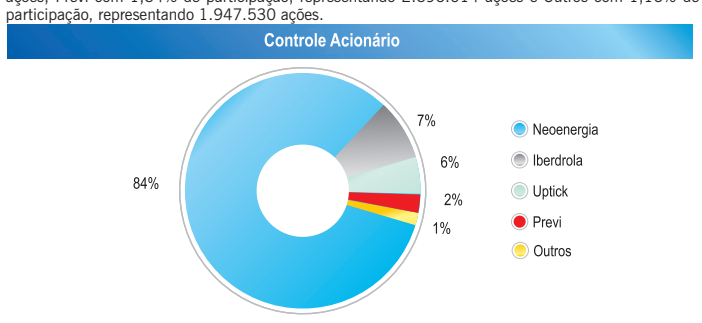
Para fazer frente aos programas de investimentos, a COSERN mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando captar recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. De janeiro a dezembro de 2011 a Empresa recebeu, aproximadamente, R$ 82,0 milhões em financiamentos de órgãos como FINEP e BNDES, recursos específicos para projetos de investimentos na concessão.



7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

7.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária da COSERN conta com a seguinte posição: Neoenergia S.A. com 84,47% de participação, representando 141.967.489 ações; Iberener com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611 ações; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.014 ações e Outros com 1,16% de participação, representando 1.947.530 ações.



7.2 RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Empresa disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores (telefone 55-84-3215-6015), e-mail (ri@cosern.com.br), no site corporativo (www.cosern.com.br - link Relações com Investidores) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Para a COSERN, é imprescindível que o mercado a reconheça como uma empresa cidadã, sendo sólida, eficaz, ética e comprometida com o retorno aos seus acionistas e com o crescimento do país.

Além disso, através da holding Neoenergia, foram ampliados os canais de comunicação e de relacionamento com o mercado. As principais práticas implantadas foram:

- ✓ Divulgação trimestral de Relatório sobre o desempenho do Grupo;
- ✓ Realização de um conference call trimestral para apresentação do relatório;
- ✓ Realização de reuniões one-to-one com as principais instituições de relacionamento do Grupo.

7.3 DIREITO DOS ACIONISTAS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS E JSCP

A COSERN possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido após constituição de 5% (cinco por cento) de reserva legal. Além disso, no estatuto social da empresa está determinado que as ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que o total dos dividendos pagos com base nesses balanços não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

O estatuto social da COSERN menciona também que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de juros sobre capital próprio, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária que aprecia as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2011 foram pagos R$ 146.795 milhões a título de dividendos, sendo R$ 87.262 milhões relativos ao exercício findo em 2010 e R$ 59.533 milhões aos dividendos intermediários de 2011. Foram pagos também R$ 40.290 milhões em juros sobre capital próprio, sendo R$ 31.695 milhões relativos ao exercício de 2011 e R$ 8.592 milhões de 2010, perfazendo o montante de R$ 187.085 milhões como remuneração total aos acionistas.

7.4 AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

Em conformidade com os princípios de governança corporativa, a Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração que aprova e define o seu plano de trabalho. A área de Controles Internos da Cosern atua nas principais decisões quanto à análise de riscos de controles que podem impactar nas demonstrações financeiras. A Companhia continua aderente aos princípios da Seção 404 da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley. Em 2011 foram realizados os trabalhos de revisão dos fluxos de processos e matrizes de risco, walkthrough e testes nos controles dos ciclos de Receita, Gastos, Imobilizado, Folha de Pagamento, Tesouraria, Demonstrações Financeiras, Fiscal, Orçamento e Jurídico. A companhia utiliza a ferramenta de gestão de riscos de acesso aos seus principais sistemas visando aqueles relacionados à segregação de funções e fraudes, usando como base os controles identificados nos mapeamentos para adequação à SOX, garantindo mais segurança à COSERN na gestão desses acessos.

7.5 CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

O Conselho de Administração é composto por oito membros sendo sete deles representantes dos acionistas controladores e um deles representante dos empregados, cujos mandatos são de dois anos. Cabe ao Conselho determinar a política geral dos negócios da Companhia e supervisionar sua administração, eleger os membros da Diretoria Executiva e aprovar orçamentos anuais e de investimentos.

O Conselho Fiscal é composto por quatro membros com mandato de um ano, sendo três representantes dos acionistas controladores e um representante de acionistas minoritários, conforme previsto no art. 30 do Estatuto Social da Companhia.

7.6 CÓDIGO DE ÉTICA

A COSERN possui um Código de Ética que tem por finalidade ser uma referência na conduta pessoal e profissional de seus colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, prestadores de serviços, mercado e entes públicos, baseado em seus Valores e Princípios que sustentarão o alcance da Missão e Visão da organização. É atualizado e divulgado para todos os colaboradores da empresa, desde o momento da admissão, através da entrega de um exemplar, como também pela disponibilização na intranet e internet. Além disso, possui um Comitê de Ética, integrado por colaboradores de várias áreas da empresa, que se reúne periodicamente para averiguar o cumprimento das determinações contidas no Código de Ética e analisar situações concretas que lhe sejam apresentadas.

8 GESTÃO DE PESSOAS

A Cosern vem desde 2006 desenvolvendo seus líderes e colaboradores através de Programas de Desenvolvimento, demonstrados a seguir:

Programa	Objetivo
Clima Organizacional	Conhecer a percepção dos colaboradores do Grupo por meio da pesquisa de clima, identificando e promovendo ações de melhorias.
Gestão de Desempenho	Avaliar o desempenho dos colaboradores, por meio da análise dos resultados dos objetivos e das competências definidos em etapa conjunta com as lideranças.
Desenvolvimento de Lideranças	Assegurar o desenvolvimento das capacidades necessárias para o exercício do papel da liderança, garantir a geração sustentável de valor para o Grupo Neoenergia, por meio da gestão de pessoas, processos e custos.
Treinamento e Desenvolvimento	Promover a capacitação de todos os colaboradores do Grupo, conforme as necessidades identificadas, favorecendo com isso o seu desenvolvimento profissional e pessoal.
Plano de Sucessão	Estabelecer critérios nos processos de identificação e preparação de colaboradores potenciais para posições de liderança estratégicas no Grupo.
Programa de Preparação para Aposentadoria	Auxiliar o colaborador no processo de preparação para uma nova etapa da vida, através de reflexões, palestras e workshops técnicos e comportamentais, como mais uma oportunidade de evolução.

Dentre os Programas acima, destacamos o de Desenvolvimento de Lideranças, denominado de "Liderança em Você" e o de Preparação para Aposentadoria, que recebeu o nome de "Meu Momento". O programa de Desenvolvimento de Líderanças teve início em novembro de 2011 e terá duração de dois anos, sendo realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, 5ª melhor Escola de Negócios do mundo. Tendo como base a teoria do "Pipeline de Liderança", desenvolvida pelos autores Ram Charan, Stephen Drotter e Jim Noel, o programa é voltado a todos os níveis de liderança do grupo e é estruturado em quatro Trilhas, divididas de acordo com a complexidade de cada nível.

Já o Programa "Meu Momento" aborda etapas como: Sensibilização, Momento de vida, Qualidade de vida e Projeto de vida. Essas etapas são compostas de palestras, workshops e treinamentos. O Programa é conduzido por especialistas e consultores que discutem nos encontros, os principais assuntos relacionados à aposentadoria. Durante o ano de 2011 foram realizadas três turmas do Programa, que formou um total de 72 colaboradores na Cosern.

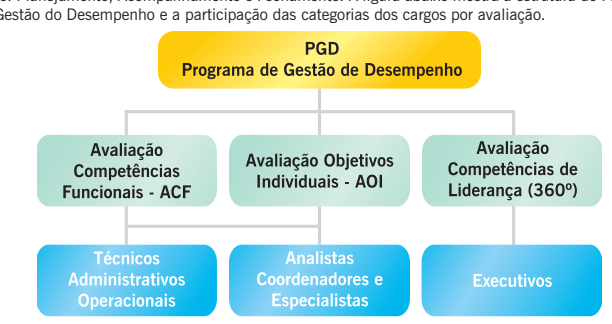
8.1 SAÚDE E SEGURANÇA

A COSERN, além de atender à legislação em vigor, desenvolve diversas ações como parte de um programa para a melhoria nos procedimentos, no conforto e na saúde dos seus colaboradores, cujas regras assumem condições de vanguarda aos preceitos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Em 2011, várias ações de prevenção e de melhoria da qualidade de vida no trabalho foram desenvolvidas. Essas ações fazem parte do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, entre as quais podemos destacar: acompanhamento do Nível de Segurança do Trabalho - NST; Auditoria de Segurança junto as Prestadoras de Serviços Terceirizados; Treinamentos e Inspeções de Segurança; Perfil de Saúde dos Colaboradores; Campanha de Vacinação contra a Gripe; Ginástica Laboral; Massagem Shiatsu; Acompanhamento às CIPA's, Realização das SIPAT´s e Feira da Saúde e as tradicionais caminhadas "Caminhando com Energia" com a participação dos colaboradores e seus familiares.

8.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento e capacitação dos profissionais da empresa são identificados a partir dos resultados obtidos das avaliações de desempenho (Avaliação de Competências Funcionais - ACF, Avaliação de Objetivos Individuais - AOI e Avaliação de Competências de Liderança - ACL). Estas avaliações são aplicadas aos colaboradores ocupantes de cargos funcionais e lideranças e estão divididas em três fases: Planejamento, Acompanhamento e Fechamento. A figura abaixo mostra a estrutura do Programa de Gestão do Desempenho e a participação das categorias dos cargos por avaliação.



Com o resultado dessas avaliações a área de Gestão de Pessoas realiza o levantamento das necessidades de treinamento e elabora o Plano Anual de Treinamento - PAT. Esta necessidade de capacitação é identificada e desenvolvida, também, em consonância com os objetivos corporativos, considerando as metas e plano de ação de cada área, que são monitorados mensalmente.

Além dos programas tradicionais de treinamento, a Cosern reconhece o Programa Educacional como oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal no qual a empresa custeia parte dos estudos de formação dos colaboradores, promovendo desta maneira a empregabilidade e a melhoria do nível de escolaridade formal no que se refere à formação técnica e educacional superior, além de aprimorar as potencialidades exigidas para o exercício do trabalho e a possibilidade de crescimento profissional.

9 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2011 a Cosern deu continuidade às práticas socioambientais responsáveis, em conformidade com as diretrizes da política de responsabilidade social e sustentabilidade do Grupo Neoenergia. Mantendo o compromisso com a ética, a transparência, a disseminação e fortalecimento dos princípios da sustentabilidade promulgados pelo Pacto Global das Nações Unidas (ONU), produziu e encaminhou àquele fórum internacional, através do site (www.unglobalcompact.org), o seu Relatório de Sustentabilidade 2010, disponibilizando-o ainda aos seus públicos de relacionamento e partes interessadas em sua home page (www.cosern.com.br), como instrumento de prestação de contas das suas práticas de gestão pautada no respeito ao meio ambiente, na responsabilidade social e na rentabilidade para os acionistas.

Seguindo o mesmo propósito, participou da elaboração da Declaração de Sustentabilidade da Neoenergia, através do Grupo de Trabalho constituído pela Assessoria de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Holding para alinhamento das práticas nas empresas do Grupo. Sob essa perspectiva, a Cosern promoveu o "Encontro sobre Governança Corporativa e Sustentabilidade" com lideranças da empresa, onde foi proferida palestra sobre o papel das lideranças para a sustentabilidade empresarial por consultor do UniEthos e membro-fundador da Comissão de Estudos de Sustentabilidade para as Empresas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Sob a premissa de práticas ambientalmente sustentáveis, em 2011, além das ações desenvolvidas pela Unidade de Meio Ambiente, descritas no item 9.3 deste relatório, a Cosern deu continuidade aos projetos do **Programa de Eficiência Energética** "Energia Verde" e "Nova Geladeira", onde foram realizadas palestras sobre uso eficiente e seguro de energia elétrica e doadas lâmpadas e geladeiras eficientes, mediante troca por equipamentos ineficientes.

No projeto **"Energia Verde"**, iniciado em 2010, até dezembro de 2011, cerca de 2.500 clientes se inscreveram no projeto proporcionando a troca de 2.200 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R$ 500 mil em bônus aos clientes inscritos no projeto, para incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 10.000 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.

As ações do Projeto Energia Social **"Nova Geladeira"**, em 2011, contemplaram 19 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, dirigidas a consumidores classificados como baixa renda conforme enquadramento na Tarifa Social do Governo Federal, para os quais a Cosern realizou 215 palestras educativas sobre o uso eficiente e seguro de energia, além da doação de 9.530 geladeiras e 49.125 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes.

Com base nas diretrizes do programa **"Energia para Crescer"** e nas observações oriundas do Comitê de Responsabilidade Social da Neoenergia, a Cosern patrocinou 14 projetos culturais através das Leis de Incentivo à Cultura, cujos investimentos totalizaram mais de R$ 3 milhões. Deste montante, R$ 2,1 milhão foi realizado com incentivos da Lei Estadual Câmara Cascudo, dos quais, R$ 426 mil em recursos próprios e R$ 1.700 mil de renúncia fiscal. Pela Lei Federal Rouanet a Cosern investiu R$ 500 mil, através da Lei Audiovisual foram destinados R$ 565 mil para produções cinematográficas, além de R$ 330 mil em patrocínios diversos com recursos próprios, conforme descritos a seguir.

9.1 PROJETOS SOCIAIS

Em 2011 a empresa destinou recursos próprios para o patrocínio de iniciativas de reconhecida contribuição para a inclusão social, exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de classes econômicas menos favorecidas do Estado, conforme descritos a seguir.

- **Fundação Abrinq:** Em 2011 foram mantidas as doações para as atividades desenvolvidas pela instituição na defesa dos direitos da infância e da adolescência no Estado do Rio Grande do Norte, assegurando sua avaliação para o título de "Empresa Amiga da Criança", conquistado desde 2003 pelos compromissos adotados em defesa dos direitos da infância e da adolescência no Estado.
- **Casa Durval Paiva:** A empresa manteve as campanhas de arrecadação de cupons fiscais doadas pelos empregados e de divulgação de anúncios nas contas de energia, em apoio às ações da Casa no combate ao câncer infantil.
- **Programa Caminhos da Justiça:** Em 2011 foi mantida a parceria com a 1ª Vara Criminal da Zona Norte, em Natal, para continuidade do Programa Caminhos da Justiça, com doação de R$ 20 mil, destinados às ações educativas, capacitação profissional e valorização pessoal, no auxílio a reintegração de apenados.
- **Ações com o Sistema FIERN:** Nas ações de largo alcance social do projeto "Ação Global", desenvolvidas simultaneamente em Natal e Mossoró, em maio de 2011, pelo sistema FIERN em parceria com instituições públicas e privadas do Estado, a Cosern exibiu filmes, distribuiu lâmpadas fluorescentes econômicas aos clientes cadastrados na Tarifa Social e cerca de 4 mil kits com cartilhas com orientações de segurança e uso racional de energia elétrica aos participantes, como forma de torná-los multiplicadores das informações recebidas para os demais membros de suas comunidades.

Ainda com o foco no incentivo a cidadania e promoção social, a Cosern desenvolveu ações em parceira com o poder público municipal dos municípios de Natal e Campo Grande para cadastramento de consumidores no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), visando a promoção do benefício da Tarifa Social de energia elétrica aos participantes nos eventos "**Ação Câmara nos Bairros**" e "**Ação Cidadã**" promovidos, respectivamente, por aqueles municípios. A empresa destinou ainda mais de R$ 60 mil dos recursos próprios para as seguintes iniciativas:

- **V Congresso Internacional de Direito do Trabalho - CIDT,** realizado pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª Região (Amatra 21), em junho de 2011, com apoio institucional do TRT/RN, cujo tema central "A relação de trabalho em um mundo sem fronteiras: regulação, judicialização e crise", inclui em sua programação científica personalidades de renome nacional e internacional para discutir temas relativos ao Direito do Trabalho.
- **Encontro Nacional com o Grupo de Trabalho de Modernização da Fiscalização**, realizado em maio de 2011 pela Secretaria de Estado da Tributação (SET), com apoio da Cosern, da Associação dos Auditores Fiscais do Tesouro Estadual do RN, entre outros, discutiu melhorias e modernização de documentos no âmbito fiscal, dentre os quais, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped Fiscal).
- **XV Congresso Brasileiro de Direito Processual**, evento considerado um dos mais tradicionais do Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Cultura - IBEC reuniu cerca de 3.000 congressistas, dos quais, 20 juristas, dentre professores de instituições como a USP, PUC-SP, UFMG e UFPR, além de Ministros do Poder Judiciário, para discutir e informar sobre todos os aspectos do novo Código do Processo Civil.
- **Semana Nacional de Conciliação e da Execução Trabalhista do TRT - RN" -** Realizada de novembro a dezembro de 2011, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, teve como foco as demandas judiciais em massa, envolvendo os maiores litigantes do país - como as agências reguladoras, bancos, empresas de telefonia, dentre outros. Como resultado da iniciativa, as Varas do Trabalho do Rio Grande do Norte realizaram 2.869 audiências e conciliaram R$ 8.995.819,00, resultado de 905 acordos realizados.

Projetos Educacionais - Em 2011, a Cosern destinou R$ 99,5 mil dos recursos próprios, para a manutenção das parcerias de reconhecido destaque no fomento a educação e formação de crianças e jovens:

- **Casa do Menor Trabalhador:** Por mais um ano a empresa manteve as doações mensais, que em 2011 totalizaram R$ 27 mil, destinados a melhorias e manutenção das instalações físicas da Casa do Menor, em prol da educação, inclusão digital e profissionalização de crianças e adolescentes em situação de risco social no Estado.
- **ADIC/RN:** A Cosern manteve o incentivo a Associação para o Desenvolvimento de Iniciativas da Cidadania (ADIC/RN), doando R$ 5 mil para manutenção das oficinas sócio-educativas e de cidadania com mães, crianças e jovens das comunidades do Passo da Pátria e do centro da cidade, no entorno da empresa, em Natal, promovidos pela Associação.
- **Instituto Ayrton Senna:** Por mais um ano a Cosern manteve a parceria com o Instituto Ayrton Senna, destinando R$ 67,5 mil, para a continuidade do Programa Educação pela Arte, no apoio ao trabalho da ONG Centro Cultural Casa da Ribeira, para o desenvolvimento de potenciais competências para artes cênicas em adolescentes, de 15 a 18 anos, estudantes de escolas públicas da capital.

A Cosern destinou ainda R$17 mil para a realização das seguintes iniciativas de incentivo a educação e reconhecimento da cultura potiguar: **EXPOTEC** - Exposição Científica, Tecnológica e Cultural do Campus Natal-Central do Instituto Federal do RN, visando à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, através do reencontro com empresas e comunidade em geral; **10 Anos FM Universitária** - No ar há uma década, a emissora visa ao desenvolvimento social e cultural da cidade, difundindo conhecimentos e valores patrimoniais e revelando novos talentos artísticos, com destaque especial para a produção local, além dos grandes nomes da música internacional e erudita.

Projetos Socioculturais - Em 2011 a Cosern destinou ainda recursos próprios da ordem de R$ 70 mil para projetos de fomento à disseminação da cultura potiguar, dos quais se destacam: o **"Mossoró Cidade Junina** - espetáculo teatral Chuva de Balas no País de Mossoró", já tradicional no calendário cultural e socioeconômico da segunda maior cidade potiguar, que conta a história verídica da expulsão do bando do cangaceiro Lampião da cidade, em 1927. O evento movimenta também a economia da região, sendo considerado como o segundo melhor período de vendas, atrás apenas do ciclo natalino. A empresa patrocinou ainda a 3ª edição da **Meia Maratona de Natal**, evento já incluso nas principais provas do calendário brasileiro de corridas de rua, contribui para incentivar a praticar esportes e melhoria da qualidade de vida da população.

Projetos Socioeconômicos - Sob a perspectiva de disseminação e fortalecimento dos princípios da sustentabilidade, em 2011 a COSERN investiu R$ 50 mil no patrocínio de iniciativas de significativo impacto para o desenvolvimento socioeconômico de municípios e regiões do Estado:

- **Feira Industrial e Comercial da Região Oeste - FICRO:** A Cosern manteve o patrocínio para a 24ª edição da Feira, evento que reúne as principais empresas do Estado e de outras regiões do país em vários segmentos da economia que, em 2011 contou com cerca de 320 estandes e mais de 130 mil visitantes, já se consolidou como a maior feira de negócios do Rio Grande do Norte, movimentando cerca de 25 milhões de reais em negócios.
- **Feira Internacional de Fruticultura Irrigada - EXPOFRUIT:** Em 2011 o evento realizado no campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), em Mossoró/RN, reuniu produtores, compradores, fornecedores de insumos e equipamentos e serviços ligados ao setor agrícola, distribuídos em uma área de 15 mil m2 e 320 estandes, movimentando cerca de R$ 50 milhões em negócios.
- **Festa do Boi:** Em sua 49ª edição, em 2011, a feira é uma das principais atrações da agropecuária potiguar, realizada no Parque Aristófanes Fernandes, em Parnamirim/RN, compreendeu a exposição de 5 mil animais, além de produtos, serviços e insumos distribuídos em 300 estandes ocupados por empresas ligadas ao setor e cerca de 500 mil pessoas durante os 7 dias da programação, movimentando R$ 100 milhões em negócios.
- **Seminário Motores do Desenvolvimento:** Em 2011 a Cosern destinou R$ 20 mil para a realização da 10ª edição do evento. Um espaço para discussão sobre os desafios da gestão pública, no sentido de agregar a eficiência e eficácia dos modelos da iniciativa privada à administração das diversas esferas do governo. Um público recorde, estimado em 600 pessoas, acompanhou as palestras e participou dos debates, realizados no auditório da Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Norte - Fiern.

Durante esses eventos, a COSERN distribuiu mais de 15 mil cartilhas educativas sobre o uso seguro e racional de energia, realizou palestras sobre eficiência energética para os clientes do grupo A, e disponibilizou um game interativo com perguntas e respostas sobre o uso consciente de energia aos mais de 10 mil clientes visitantes que, ao acertarem determinado número de questões, recebiam brindes institucionais.

9.2 PROJETOS CULTURAIS

Através das Leis de Incentivo à Cultura, em 2011, a COSERN patrocinou 14 projetos culturais, dos quais, 13 através da Lei Câmara Cascudo nos segmentos musical, artes plásticas, artes cênicas, literatura e artesanato; 1 projeto pela Lei Federal Rouanet no valor de R$ 500 mil, destinados a realização do projeto "Natal em Natal", e ainda R$ 565 mil pela Lei Audiovisual, para os patrocínios dos longa-metragem "Vendo ou Alugo" e " A Tropa de Trapo".

Projetos Socioculturais - Dentre os projetos com incentivos da Lei Câmara Cascudo realizados em 2011, destacam-se alguns projetos de reconhecido valor para a cultura e desenvolvimento social do estado:

- **Circo da Luz -** Maior projeto de difusão e interiorização da cultura no Rio Grande do Norte realizado por uma entidade não-governamental, cujo proponente é o Teatro de Amadores de Natal, comemorou em 2011 seus 10 anos de atividade. Projeto itinerante, proporciona à população dos municípios visitados espetáculos de música, teatro, dança, arte popular, folclore e exposições, além de oficinas de artes, treinamentos sobre os serviços da Cosern e orientações sobre o uso eficiente e seguro da energia elétrica.
- **Transforme-se -** Realizado pela Faculdade de Natal - FAL, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça Cidadania e Defesa Social e a Cosern, o projeto trouxe às apenadas participantes a possibilidade de emprego e renda, melhor qualidade de vida e integração social, além do benefício da remissão de pena. A cada três dias de participação no projeto é reduzida em um dia a pena.
- **Oratório de Santa Luzia -** Em sua 11ª edição, o Oratório de Santa Luzia recebeu por mais um ano o incentivo da Cosern. O projeto apresenta a vida e legado de Santa Luzia, com música, dança e artes cênicas, contando a história da padroeira da cidade de Mossoró, com a participação de 50 atores e cerca de 20 produtores, cujas apresentações atraem grande público e se tornou tradição no calendário religioso e cultural da cidade.
- **Cena Aberta -** Em 2011, o projeto "Cena Aberta", desenvolvido pela Casa da Ribeira com o incentivo da Cosern, em seu 10º ano de atividade promoveu inscrições para acesso a 80 ocupações do teatro para os artistas das áreas de música, dança e teatro, bem como das áreas do conhecimento como sociologia, educação, comunicação, arquitetura, psicanálise, filosofia, etc., oportunidade que evidenciou a adesão da produção cultural da cidade ao objetivo do projeto de democratizar o acesso do espaço e programação da Casa da Ribeira aos mais diversos públicos.

Projetos Educacionais - Em 2011, foram mantidos incentivos para projetos de significativas contribuições para a educação e cultura local: o Circuito Potiguar do Livro, compreendendo a 7ª Edição da **Feira do Livro de Mossoró**, a 3ª Edição da **Feira do Livro do Seridó**, bem como a **FLIQ - Feira de Livros e Quadrinhos de Natal**; eventos já consagrados no calendário literário e cultural do Estado. Outro projeto de destaque: o livro **Mangues Potiguares - Vida e Marés**, com fotos sob diversos ângulos das zonas estuarinas potiguares, retratando prioritariamente áreas ainda preservadas do manguezal potiguar, buscando revelar, sensibilizar e ressaltar a importância da preservação das riquezas da biodiversidade e do ecossistema dos bosques de mangues remanescentes da região.

Projetos Musicais - Na área musical a Cosern patrocinou por mais um ano o projeto MPBeco , em sua 6ª edição do **"Festival de Música Popular MPBeco"**, um espaço para os novos artistas do Estado que, em 2011, obteve 139 inscrições, com 285 trabalhos, representando um acréscimo de 12% em relação a edição de 2010. Outro projeto de largo alcance para promoção da cultura musical da região recebeu o incentivo da Cosern, o **Festival MADA - Música Alimento da Alma**. Lançado em 1998, com objetivo de lançar novos artistas e bandas locais, acompanhados de alguns dos mais importantes grupos do pop e do rock brasileiro de porte nacional, como âncoras das atrações. Além disso, a empresa investiu na realização do 2º evento do **Projeto "Música no Ar"**, da cantora Valéria Oliveira, que visa promover a música do Rio Grande do Norte, por meio de encontros entre artistas locais e artistas de renome nacional.

Através da **Lei Federal Rouanet**, por mais um ano, a Cosern manteve o patrocínio para o **projeto "Natal em Natal"** - tradicional série de eventos culturais alusivos ao período natalino e também aniversário da cidade e capital do Estado. O projeto inclui uma vasta programação cultural com shows musicais, produções teatrais e um grande desfile temático, organizados pela Prefeitura do Natal, através da Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte). Os eventos são abertos à população, como forma de promoção do acesso a cultura.

Projeto Cinematográfico - Através da **Lei Federal Audiovisual,** a Cosern destinou R$ 165 mil para o patrocínio do projeto **"Vendo ou Alugo"**, longa metragem nacional abordando a questão socioeconômica carioca da depreciação de imóveis pela presença das favelas. A Cosern destinou ainda R$ 400 mil para o projeto **"A Tropa de Trapo - Na Selva do Arco Iris"**, série de desenhos infantis que estreou na TV, em 2008, com 52 capítulos e em 2009 foi lançada no cinema, com o objetivo de promover educação e entretenimento das crianças, destacando atenção para questões sobre o meio ambiente e a extinção das espécies.

9.3 PROJETOS AMBIENTAIS

A COSERN, ciente das suas responsabilidades como Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, desenvolve, cada vez mais, ações no intuito de identificar, solucionar e preservar o meio ambiente com práticas ecologicamente sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais com relação aos recursos naturais. A Empresa procura solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade.

Em 2011, a Empresa deu prosseguimento ao Projeto Logisverde onde promoveu o reuso de 36% das 2.600 bobinas de madeira adquiridas em 2011, um salto de 13% do executado no projeto, em 2010. Além disso, realizou ações de educação ambiental em Natal, Mossoró e Currais Novos. Estas ações contaram com a distribuição de 250 mudas de árvores nativas e a participação de 70 colaboradores entre eletricistas, técnicos da empresa e prestadores de serviço. Em 2011, realizou também a Semana de Meio Ambiente em Natal com o plantio de 300 mudas de árvores nativas no Parque das Dunas na Via Costeira.

Em continuidade ao estudo pioneiro desenvolvido pela COSERN desde 2008,

cosern
Grupo Neoenergia

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN CNPJ nº 08.324.196/0001-81 Companhia Aberta CVM nº 01813-9

...Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	154.560	25.217
Contas a receber de clientes e outros	(5)	207.846	204.174
Títulos e valores mobiliários	(6)	17.452	3.004
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	21.115	61.947
Estoques		2.913	2.093
Despesas pagas antecipadamente		1.269	539
Entidade de previdência privada	(32)	399	-
Serviços em curso		37.289	21.808
Outros ativos circulantes	(9)	5.781	24.307
TOTAL DO CIRCULANTE		**448.624**	**343.089**
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	(5)	224.410	232.633
Títulos e valores mobiliários	(6)	28.701	41.873
Impostos e contribuições a recuperar	(7)	10.779	10.215
Impostos e contribuições diferidos	(10)	39.698	41.824
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	(8)	103.730	112.370
Depósitos judiciais	(11)	18.921	10.577
Entidade de previdência privada	(32)	2.477	4.362
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(12)	144.781	122.125
Outros ativos não circulantes	(9)	375	2.168
Investimentos		1.163	1.368
Intangível	(13)	657.979	578.086
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**1.233.014**	**1.157.601**
TOTAL DO ATIVO		**1.681.638**	**1.500.690**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE			
Fornecedores	(14)	82.739	92.554
Empréstimos e financiamentos	(15)	50.353	36.348
Debêntures	(16)	37.065	37.366
Salários e encargos a pagar	(17)	8.037	10.325
Taxas regulamentares	(18)	40.304	30.641
Impostos e contribuições a recolher	(19)	47.321	38.500
Dividendos e juros sobre capital próprio	(20)	5.909	9.389
Provisões	(21)	6.415	6.581
Outros passivos circulantes	(22)	16.640	17.681
TOTAL DO CIRCULANTE		**294.783**	**279.385**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	(14)	9.016	-
Empréstimos e financiamentos	(15)	474.879	335.815
Debêntures	(16)	72.475	108.543
Taxas regulamentares	(18)	3.127	3.127
Impostos e contribuições diferidos	(10)	29.899	31.302
Provisões	(21)	22.384	19.385
Entidade de previdência privada	(32)	-	107
Outros passivos não circulantes	(22)	5.327	3.114
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**617.107**	**501.393**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(23)		
Capital social		179.787	179.787
Reservas de capital		266.766	266.766
Reservas de lucros		183.089	180.494
Outros resultados abrangentes		7.620	5.523
Proposta de distribuição de dividendos adicional		132.486	87.342
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**769.748**	**719.912**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.681.638**	**1.500.690**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do exercício (Antes dos Impostos)	**270.539**	**301.706**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	52.604	45.192
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	41.648	34.723
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	389	(2.232)
Valor residual do ativo intangível baixado	690	1.490
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.251	(2.059)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.520	8.169
	378.641	**386.989**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	8.299	1.357
Impostos e contribuições sociais a recuperar	40.206	(18.995)
Estoques	(820)	(448)
Depósitos judiciais	(6.424)	5.841
Despesas pagas antecipadamente	(730)	500
Entidade de previdência privada	1.486	(2.310)
Outros ativos	(4.722)	34.344
	37.295	**20.289**

AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	31/12/11	31/12/10
Fornecedores	(799)	(10.392)
Salários e encargos a pagar	(2.288)	242
Encargos de dívidas e swap pagos	(46.304)	(41.528)
Taxas regulamentares	9.663	12.618
Impostos e contribuições sociais a recolher	(22.090)	(46.984)
Indenizações/Contingências pagas	(2.624)	(11.592)
Entidade de previdência privada	(107)	(27)
Outros passivos	1.172	2.396
	(63.377)	**(95.267)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**352.559**	**312.011**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	177.025	205.287
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(36.242)	(87.372)
Amortização do principal de debêntures	(36.352)	(16.257)
Obrigações vinculadas	2.238	7.522
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(187.087)	(309.943)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(80.418)**	**(200.763)**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	205	(245)
Aquisição de intangível	(145.343)	(162.223)
Títulos e valores mobiliários	2.340	(965)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(142.798)**	**(163.433)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**129.343**	**(52.185)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	25.217	77.402
Caixa e equivalentes no final do exercício	154.560	25.217
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**129.343**	**(52.185)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

		Reserva de Capital				Reservas de Lucros							
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Outras Reservas de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**72.377**	**35.957**	**13.993**	**-**	**(811)**	**-**	**90.121**	**658.190**
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.121)	(90.121)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.121)	(90.121)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	253.664	-	253.664
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.334	-	-	6.334
Destinações:													
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	41.656	-	-	-	-	(41.656)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.123)	-	(35.123)
Dividendos intermediários (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.032)	-	(73.032)
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.342)	87.342	-
Reconstituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	16.511	-	-	(16.511)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**114.033**	**35.957**	**30.504**	**-**	**5.523**	**-**	**87.342**	**719.912**
Distribuição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	(30.504)	-	-	-	30.504	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	148	-	-	-	148
Aprovação da proposta de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(87.342)	(87.342)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	-	-	-	-	(30.504)	148	-	-	(56.838)	(87.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232.128	-	232.128
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.097	-	-	2.097
Destinações:													
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	-	32.951	-	-	-	-	(32.951)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.623)	-	(37.623)
Dividendos intermediários (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.572)	-	(59.572)
Dividendos propostos (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.982)	101.982	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**179.787**	**4.648**	**179.315**	**82.428**	**375**	**146.984**	**35.957**	**-**	**148**	**7.620**	**-**	**132.486**	**769.748**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/11	31/12/10
RECEITA BRUTA	(24)	**1.670.715**	**1.625.513**
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(25)	(521.044)	(474.670)
RECEITA LÍQUIDA		**1.149.671**	**1.150.843**
CUSTO DO SERVIÇO	(26)	(775.042)	(771.927)
LUCRO BRUTO		**374.629**	**378.916**
Despesas com vendas	(26)	(47.542)	(32.449)
Despesas gerais e administrativas	(26)	(58.270)	(78.711)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		**268.817**	**267.756**
Receita financeira	(27)	86.572	85.982
Despesa financeira	(27)	(84.850)	(52.032)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**270.539**	**301.706**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(10)	(63.076)	(72.905)
Diferido	(10)	354	(7.828)
Imposto de renda - SUDENE	(10)	32.951	41.656
Amortização ágio e reversão PMIPL	(8)	(8.640)	(8.965)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**232.128**	**253.664**
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		1,35	1,48
Preferencial A		1,48	1,62
Preferencial B		1,48	1,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Lucro do exercício	**232.128**	**253.664**
Outros resultados abrangentes		
Ajustes ativos financeiros da concessão	3.176	9.597
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da concessão	(1.079)	(3.263)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**2.097**	**6.334**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**234.225**	**259.998**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Receitas	31/12/11	31/12/10
Vendas de energia, serviços e outros	1.670.715	1.625.513
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.520)	(8.169)
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	507	(18.558)
	1.660.702	**1.598.786**
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(453.173)	(444.518)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(64.557)	(61.952)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(235.761)	(237.468)
	(753.491)	**(743.938)**
Valor adicionado bruto	**907.211**	**854.848**
Amortização	(52.604)	(45.192)
Valor adicionado líquido	**854.607**	**809.656**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	86.572	85.982
Valor adicionado total a distribuir	**941.179**	**895.638**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	33.338	30.881
Encargos sociais (exceto INSS)	8.125	7.317
Entidade de previdência privada	3.504	(584)
Auxílio alimentação	3.454	3.288
Convênio assistencial e outros benefícios	3.652	2.582
Rescisões	1.880	441
Férias e 13º salário	6.060	6.185
Plano de saúde	1.849	1.743
Indenizações trabalhistas	(17)	7.506
Participação nos resultados	5.126	7.293
Administradores	1.522	1.558
Encerramento de ordem em curso	94	6
(-) Transferência para Ordens	(14.757)	(11.286)
Subtotal	**53.830**	**56.930**
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	7.367	7.220
ICMS	285.618	260.419
PIS/COFINS sobre faturamento	139.167	131.597
Imposto de renda e contribuição social	38.411	48.042
Obrigações intra-setoriais	97.940	84.195
Outros	1.334	1.231
Subtotal	**569.837**	**532.704**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	76.850	46.011
Aluguéis	534	308
Outros	8.000	6.021
Subtotal	**85.384**	**52.340**
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	37.623	35.123
Dividendos distribuídos	161.554	160.374
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	32.951	41.656
Reserva de retenção de lucro	-	16.511
Subtotal	**232.128**	**253.664**
Valor adicionado distribuído	**941.179**	**895.638**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - BASE DE CÁLCULO	2011 (R$ mil)	2010 (R$ mil)
Receita líquida (RL)	1.149.671	1.150.843
Resultado operacional (RO)	268.817	301.706
Folha de pagamento bruta (FPB)	57.501	43.978
Valor adicionado total (VAT)	941.179	895.638

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (1)	2011 R$ mil	2011 % sobre FPB	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 % sobre FPB	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Alimentação	3.454	6,01	0,30	0,37	3.288	7,48	0,29	0,37
Encargos sociais compulsórios	15.492	26,94	1,35	1,65	13.501	30,70	1,17	1,51
Previdência privada	3.504	6,09	0,30	0,37	(513)	(1,17)	(0,04)	(0,06)
Saúde	1.909	3,32	0,17	0,20	1.775	4,04	0,15	0,20
Segurança e saúde no trabalho	2.993	5,21	0,26	0,32	1.178	2,68	0,10	0,13
Educação	1.193	2,07	0,10	0,13	702	1,60	0,06	0,08
Cultura	-	0,00	0,00	0,00	210	0,48	0,02	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.027	1,79	0,09	0,11	829	1,89	0,07	0,09
Creches ou auxílio-creche	487	0,85	0,04	0,05	424	0,96	0,04	0,05
Esporte	25	0,04	0,00	0,00	3	0,01	0,00	0,00
Transporte	380	0,66	0,03	0,04	361	0,82	0,03	0,04
Participação nos lucros ou resultados	5.126	8,91	0,45	0,54	7.294	16,59	0,63	0,81
Outros	1.958	3,41	0,17	0,21	817	1,86	0,07	0,09
Total - Indicadores sociais internos	**37.548**	**65,30**	**3,27**	**3,99**	**29.870**	**67,92**	**2,60**	**3,34**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2011 R$ mil	2011 % sobre RO	2011 % sobre RL	2011 % sobre VAT	2010 R$ mil	2010 % sobre RO	2010 % sobre RL	2010 % sobre VAT
Educação	**67**	**0,02**	**0,01**	**0,01**	**67**	**0,02**	**0,01**	**0,01**
Projeto Arte e Ação - Parceria Instituto Ayrton Senna	67	0,02	0,01	0,01	67	0,02	0,01	0,01
Cultura	**3.508**	**1,30**	**0,31**	**0,37**	**2.610**	**0,87**	**0,23**	**0,29**
Projetos Lei Câmara Cascudo	2.131	0,79	0,19	0,23	1.528	0,51	0,13	0,17
Patrocínios diretos	312	0,12	0,03	0,03	337	0,11	0,03	0,04
Projetos Lei Rouanet	500	0,19	0,04	0,05	500	0,17	0,04	0,06
Projetos Lei Audiovisual	565	0,21	0,05	0,06	245	0,08	0,02	0,03
Saúde e saneamento	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Esporte	**28**	**0,01**	**0,00**	**0,00**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Combate a fome e segurança alimentar	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Desenvolvimento social	**27**	**0,01**	**0,00**	**0,00**	**38**	**0,01**	**0,00**	**0,00**
Caminhos da Justiça	-	0,00	0,00	0,00	16	0,01	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	27	0,01	0,00	0,00	22	0,01	0,00	0,00
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	**1.796**	**0,67**	**0,16**	**0,19**	**270**	**0,09**	**0,02**	**0,03**
Total das contribuições para a sociedade	**5.426**	**2,02**	**0,47**	**0,58**	**2.985**	**0,99**	**0,26**	**0,33**
Tributos (exceto encargos sociais)	455.294	169,37	39,60	48,37	431.616	143,06	37,50	48,19
Total - Indicadores sociais externos	**460.720**	**171,39**	**40,07**	**48,95**	**434.601**	**144,05**	**37,76**	**48,52**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Rede compacta com linha verde	728	0,27	0,06	0,08	324	0,11	0,03	0,04
Poda de árvores	593	0,22	0,05	0,06	997	0,33	0,09	0,11
Educação ambiental	11	0,00	0,00	0,00	8	0,00	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	74	0,05	0,01	0,01	61	0,02	0,01	0,01
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	**1.406**	**0,55**	**0,12**	**0,15**	**1.390**	**0,46**	**0,12**	**0,16**
Investimento em programas e/ou projetos externos								
Programa de pesquisa e desenvolvimento	1.029	0,38	0,09	0,11	268	0,09	0,02	0,03
Conservação de energia	10.135	3,77	0,88	1,08	8.399	2,78	0,73	0,94
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	**11.164**	**4,15**	**0,97**	**1,19**	**8.667**	**2,87**	**0,75**	**0,97**
Total dos investimentos em meio ambiente	**12.570**	**4,70**	**1,09**	**1,34**	**10.057**	**3,33**	**0,87**	**1,12**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				-				2
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente				-				-
Passivos e contingências ambientais				-				14
Quanto ao estabelecimento de **metas anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui metas ( ) Cumpre de 51 a 75%		( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 76 a 100%		(x) Não possui metas ( ) Cumpre de 51 a 75%		( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 76 a 100%	

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	733	746
Nº de admissões durante o período	52	40
Nº de desligamentos durante o período	65	25
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	1.632	1.632
Nº de estagiários(as) (1)	38	15
Nº de empregados acima de 45 anos	350	394
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	258	224
de 36 a 60 anos	468	512
acima de 60 anos	7	10
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	65	65
com ensino médio	266	294
com ensino técnico	153	153
com ensino superior	220	215
pós- graduados	29	19

	2011	2010
Nº de empregados por sexo:		
homens	546	553
mulheres	187	193
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	80%	74%
mulheres	20%	26%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	27	22
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3%	2%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	23	29
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	27.339	29.493
Administradores	1.461	1.498

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2011	2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	41	35
Nº total de acidentes de trabalho	26	30
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (X) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção (X) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as) ( ) todos(as) empregados (as) (+) Cipa	(X) direção e gerências ( ) todos(as) empregados (as) ( ) todos(as) empregados (as) (+) Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve ( ) segue as normas da OIT (X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)	( ) direção ( ) direção e gerências (X) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva

	2011	2010
Contencioso Cível:		
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	61.798	67.136
no procon	138	236
na justiça	2.819	3.335
% das reclamações e críticas solucionadas:		
na empresa	102%	96%
no procon	112%	100%
na justiça	58%	36%
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	1.307	916

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:
1. No ano de 2011 foram realizados cerca de 4 milhões e 203 mil atendimentos distribuídos pelos canais de relacionamento disponibilizados pela COSERN, representando um acréscimo de 63,33% em relação ao número de atendimentos realizados no ano anterior, motivado pelo acréscimo de 146 Agências de Atendimento Presencial e pela criação da Agência Virtual, que disponibiliza serviços através do site da Cosern. Desse total, cerca de 80% dos atendimentos foram realizados pelo Teleatendimento;
2. Certificação NBR ISO 9001/10002 do processo de Tratamento de Reclamações, Danos Elétricos e Nível de Tensão;
3. Realização de Workshop de Reclamações, semestralmente, visando a integração entre as áreas e alinhamento dos procedimentos;
4. Reestruturação da unidade de reclamação para otimização das atividades;
5. Reuniões de nivelamento com as unidades para melhoria contínua do processo;
6. Envio de relatório semanal às áreas envolvidas no processo de reclamação como subsídio para identificação de oportunidades de melhoria;
7. Maior auditagem e controle dos serviços;
8. Mudança de cultura para aplicação de novos métodos e ferramentas;
9. Calibração das pendências para interação entre as áreas.

	2011	2010
Contigências e passivos trabalhistas:		
Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	55	286
julgados procedentes	26	22
julgados improcedentes	45	4
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (3)	240	1.507
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011:** 941.179	**Em 2010:** 895.638
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60,55% governo 24,66% acionistas 5,72% colaboradores(a) 9,07% terceiros	59,48% governo 28,32% acionistas 6,36% colaboradores(a) 5,84% terceiros

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 08.324.196/0001-81, setor energético - RN.
i. A COSERN já apresenta-se em conformidade com o Decreto nº 3.298/99 (que regulamenta a Lei nº 7.853/89), seção IV, art. 36, sobre o preenchimento dos cargos com pessoas portadoras de deficiência nas empresas com 100 (cem) ou mais funcionários(as).
ii. As metas estabelecidas para 2011 visam a melhoria contínua das informações, bem como engajamento da empresa com a Responsabilidade Social.
iii. Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Fabiana Felix Teixeira Barbosa, tel: (84)3215-6122, e-mail: fabiana.felix@cosern.com.br
iv. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
v. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

1 Informações Gerais

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., ("NEOENERGIA") é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica e outras fontes alternativas de energia, renováveis ou não, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal - Rio Grande do Norte.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo uma área de 53 mil Km², outorgada pelo Decreto de 30 de dezembro de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 08, firmado em 31 de dezembro de 1997 com vigência até 31 de dezembro de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/10	
	Balanço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante	**343.089**	**343.089**
Serviços em curso	-	21.808
Dispêndios a reembolsar em curso	12.070	-
Subvenção a baixa renda - tarifa social	7.022	-
Outros ativos circulantes	5.215	24.307

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira que não sejam instrumento de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que a concessionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários, ativo indenizável (concessão) e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 - Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros de hedge (hedge accounting).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores justos.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão representados líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

2.11 - Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 - Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 - Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC - 05 - Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada cinco anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 - Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativos Intangíveis, as Interpretações técnicas ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008 e 672 de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC 04 - Ativo Intangível e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.16 - Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.17 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.18 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.19 - Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.20 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.21 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.22 - Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, este na esfera estadual.

Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.23 - Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

3 Pronunciamentos Técnicos Revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras - aprovado pela Deliberação CVM nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 23.

Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vem sendo adotados pela Companhia.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa e Depósitos bancários à vista	6.039	4.572
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.013	1.013
Fundos de investimento	147.508	19.632
	154.560	**25.217**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 98,5% a 100%.

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(a)	469.141	461.653
Títulos a receber		952	815
Comercialização de energia na CCEE	(b)	16.319	25.609
Disponibilização do sistema de distribuição		6.830	6.772
Serviços prestados a terceiros		2.424	1.589
Outros créditos		6.596	8.952
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(70.006)	(68.583)
Total		**432.256**	**436.807**
Circulante		207.846	204.174
Não circulante		224.410	232.633

(a) Consumidores

		Saldos Vencidos		Total		PCLD	
	Saldos Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor privado							
Residencial	38.033	18.185	11.942	68.160	61.575	(13.170)	(12.707)
Industrial	16.102	1.897	4.654

...Continuação

(1) O ativo de Imposto de Renda - IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL correspondente às antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL, referente a dezembro de 2009.
(2) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está composto da seguinte forma:
(a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102 de 11 de julho de 2000, que em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 19.256 (R$ 18.459, em 31 de dezembro de 2010).
(b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R$ 1.526 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 22.384 em 31 de dezembro de 2010).
(3) PIS e COFINS a recuperar composto da seguinte forma:
(a) PIS e COFINS a compensar decorrente das antecipações de órgãos públicos e do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, no montante de R$ 5.603.
(b) PIS e COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) a compensar decorrente do Mandado de Segurança com pedido de Liminar, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia obteve o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de dezembro de 2009 o registro contábil do indébito tributário, que foi compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante principal de R$ 8.674 (R$ 18.969 em 31 de dezembro de 2010), tendo como contrapartida o resultado do exercício. Todo o indébito foi compensado durante o exercício de 2011.

8 Benefício Fiscal - Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.
Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	638.018
Provisão Constituída	(421.092)
Benefício fiscal	216.926
Amortização acumulada	(307.518)
Reversão acumulada	202.962
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**112.370**
Amortização	(25.412)
Reversão	16.772
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**103.730**

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474 de 30 de novembro de 2000, conforme curva abaixo:

Curva de amortização de ágio

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2011	0,03983	2014	0,03741	2017	0,03289	2020	0,02907	2023	0,02551	2026	0,02235
2012	0,03842	2015	0,03575	2018	0,03153	2021	0,02784	2024	0,02442	2027	0,02138
2013	0,03705	2016	0,03430	2019	0,03022	2022	0,02666	2025	0,02336		

9 Outros Ativos

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	1.251	7.022
Adiantamentos a empregados		769	621
Adiantamentos a fornecedores		181	180
Serviços prestados a terceiros		822	679
Alienações em curso		-	52
RGR a compensar		533	459
Desativações em curso		-	1.572
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	1.124	12.070
Outros créditos a receber		1.476	3.820
Total		**6.156**	**26.475**
Circulante		5.781	24.307
Não Circulante		375	2.168

Apresentado líquido da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, no montante de R$ 17.031 (R$ 15.599 em 31 de dezembro de 2010), vide nota 5, item c.
(a) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Companhia.
Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.
(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

10 Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo				Passivo			
	31/12/11		31/12/10		31/12/11		31/12/10	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
Imposto de Renda								
Diferenças Temporárias	124.271	31.068	123.012	30.753	87.939	21.985	92.064	23.016
Contribuição Social								
Diferenças Temporárias	95.885	8.630	123.012	11.071	87.939	7.914	92.064	8.286
Total		**39.698**		**41.824**		**29.899**		**31.302**

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.802	43.802	27.312	27.312
Provisão para contingências	28.685	28.685	25.852	25.852
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	3.322	3.322	4.359	4.359
Incentivo Fiscal SUDENE	28.386	-	-	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	-	-	29	29
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	16.115	16.115	61.600	61.600
Outros	1.728	1.728	1.627	1.627
Total Ativo	**124.271**	**95.885**	**123.012**	**123.012**
Passivo				
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	506	506	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	11.543	11.543	8.369	8.369
Ajuste da quota anual de amortização	3.590	3.590	2.394	2.394
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	18.240	18.240	16.151	16.151
Déficit plano previdenciário	135	135	26	26
Superávit plano previdenciário	3.160	3.160	4.362	4.362
Ativos e Passivos regulatórios	47.255	47.255	57.214	57.214
Custo de Captação	3.510	3.510	3.548	3.548
Total Passivo	**87.939**	**87.939**	**92.064**	**92.064**

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº 371, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais será de R$ 22.172 em 2012 e R$ 17.526 em 2013.
Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.
A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro 2011 e 2010:

	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	270.539	270.539	301.706	301.706
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(8.640)	(8.640)	(8.966)	(8.966)
Juros sobre capital próprio	(37.623)	(37.623)	(35.123)	(35.123)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	224.276	224.276	257.617	257.617
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	56.069	20.185	64.404	23.186
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e Doações	337	121	328	118
Multas Indedutíveis	6	2	15	5
Depreciação Veículos Executivos	285	102	216	78
Outras Adições	118	25	13	4
Subtotal Adições	**746**	**250**	**572**	**205**
(-) Exclusões				
Reversão da Provisão do Ágio	(4.193)	(1.509)	(4.351)	(1.566)
Incentivo Fiscal SUDENE	(32.951)	-	(41.656)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(1.564)	-	(1.628)	-
Outras Exclusões	(7.261)	(1)	(86)	(3)
Subtotal Exclusões	**(45.969)**	**(1.510)**	**(47.721)**	**(1.569)**
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**10.846**	**18.925**	**17.255**	**21.822**
Corrente	12.985	17.140	11.499	19.750
Diferido	(2.139)	1.785	5.756	2.072
	10.846	**18.925**	**17.255**	**21.822**

(a) Regime Tributário de Transição
A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.
Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

11 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/12/11	31/12/10
Trabalhistas	5.384	3.809
Cíveis	1.364	1.230
Fiscais	12.173	5.538
Total	**18.921**	**10.577**

12 Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:
(i) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
(ii) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
(iii) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
(iv) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.
Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:
(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).
A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.
A movimentação dos saldos referentes a Concessão do Serviço Púbico (Ativo Financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	**122.125**
Baixas	(1.238)
Transferências (Nota 13)	20.718
Atualização Monetária/Valor Justo	3.176
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**144.781**

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em dezembro de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13 Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		31/12/11				31/12/10
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Amortização (%)	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,50%	721.744	(178.020)	18.363	562.087	506.063
Em curso						
Direito de uso da concessão		86.184	-	9.708	95.892	72.023
Total		**807.928**	**(178.020)**	**28.071**	**657.979**	**578.086**

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**616.209**	**(118.349)**	**8.203**	**506.063**	**75.084**	**(3.061)**	**72.023**	**578.086**
Adições	-	-	-	-	145.342	(2.237)	143.105	143.105
Baixas	(1.741)	2.289	-	548	-	-	-	548
Amortização	-	(61.960)	7.971	(53.989)	-	-	-	(53.989)
Transferências - intangíveis	99.770	-	(4.701)	95.069	(99.770)	4.701	(95.069)	-
Transferências - ativos financeiros	7.506	-	6.829	14.335	(36.338)	1.285	(35.053)	(20.718)
Transferências - outros	-	-	61	61	1.866	9.020	10.886	10.947
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**721.744**	**(178.020)**	**18.363**	**562.087**	**86.184**	**9.708**	**95.892**	**657.979**

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado e pela Administração da Companhia como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.
A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma linear.
O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) (vide nota explicativa 12).
(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica
As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.
As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.
Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.
(b) Análise do valor de recuperação dos ativos
A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.
Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.
O fluxo de caixa foi projetado com base nos resultados operacionais e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia Elétrica:	64.018	60.420
Terceiros	63.021	60.081
Partes Relacionadas	997	339
Encargos de Uso da Rede	9.185	8.633
Terceiros	9.177	8.623
Partes Relacionadas	8	10
Materiais e Serviços	9.536	15.217
Terceiros	9.300	15.149
Partes Relacionadas	236	68
Energia Livre	9.016	8.284
Total	**91.755**	**92.554**
Circulante	82.739	92.554
Não Circulante	9.016	-

O saldo do não circulante refere-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 43739912010401340O/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28/09/2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22/11/2010 a liminar foi deferida.

15 Empréstimos e Financiamentos

		Encargos		Principal		Total	
Composição da Dívida	**Taxa Efetiva**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**31/12/11**	**31/12/10**
Moeda nacional							
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	130	-	28.996	90.496	119.622	144.577
(-) Custos de transação		-	-	(165)	(255)	(420)	(626)
Subtotal - BNB		130	-	28.831	90.241	119.202	143.951
BNDES FINEM	TJLP+ 3,20% a.a./8,06% a.a.	391	-	11.596	102.271	114.258	43.898
Eletrobrás	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	3.023	11.680	14.703	17.727
FINEP	5,27% a.a. a 5,34%a.a.	31	-	2.996	15.232	18.259	14.810
(-) Custos de transação		-	-	(41)	(96)	(137)	(117)
Subtotal - FINEP		31	-	2.955	15.136	18.122	14.693
Banco do Brasil	13,55% a.a./13,76% a.a.	7.116	11.073	-	232.172	250.361	155.530
(-) Custos de transação		-	-	(1.057)	(1.895)	(2.952)	(2.803)
Operações com Swap		-	-	-	(3.187)	(3.187)	(833)
Subtotal - Banco do Brasil		7.116	11.073	(1.057)	227.090	244.222	151.894
Total moeda nacional		**7.668**	**11.073**	**45.348**	**446.418**	**510.507**	**372.163**
Moeda estrangeira							
BANK OF AMERICA		61	-	(315)	16.710	16.456	-
Operações com Swap		-	-	(2.409)	678	(1.731)	-
Subtotal - BANK OF AMERICA		61	-	(2.724)	17.388	14.725	-
Total moeda estrangeira		**61**	**-**	**(2.724)**	**17.388**	**14.725**	**-**
Total		**7.729**	**11.073**	**42.624**	**463.806**	**525.232**	**372.163**

(a) Captações no exercício:
a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - A Companhia recebeu em 2011 o montante de R$ 77.004 para financiamento dos investimentos realizados em 2010 e 2011, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em dezembro de 2009, março de 2010 e março e novembro de 2011.
a.2) Em maio de 2011, a Companhia realizou captação de recursos de R$ 95.000 para reforço de caixa nas seguintes condições:

- ✓ Banco do Brasil - montante de até R$ 80.000, vencimento em 18/04/2014, amortização e juros bullet, custo 98,5% CDI, sem garantia e,
- ✓ Bank Of America - montante de US$ 9.482, correspondentes a R$ 15.000, vencimento em 06/05/2016, amortização bullet com juros semestrais, custo de LIBOR + 1,65%, sem garantia.

a.3) A Companhia recebeu da Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, a última parcela de recursos no montante de R$ 5.019, relativa ao Projeto de Inovação 2009-2011, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.
(b) Condições restritivas financeiras (covenants):
O contrato mantido com Bank Of América prevê cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2011:

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
ELETROBRÁS	2001 a 2009	R$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	Não aplicável	2018	Recebíveis/Nota Promissória
BB nº 342.901.057	04/05/10	R$	Capital de giro	CDI + 1% a.a.	Não aplicável	2015	Sem garantia
BB nº 20/00852-X	06/05/10	R$	Capital de giro	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Sem garantia
BB nº 20/00863-5	06/05/11	R$	Capital de giro	98,5% a.a. CDI	Não aplicável	2014	Sem garantia
BNB I	23/12/04	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia/ Recebíveis/ Fundo Liquidez
BNB II	27/11/06	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2014	Aval Neoenergia/ Recebíveis/ Fundo Liquidez
BNB III	30/11/07	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	Não aplicável	2022	Aval Neoenergia/ Recebíveis/ Fundo Liquidez
BANK OF AMÉRICA	11/04/11	US$	Capital de giro	US$ + Libor + 1,65%	107,85% CDI	2016	Sem garantia
BNB IV	27/06/08	R$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10% a.a.	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia/ Recebíveis/ Fundo Liquidez
BNDES 2009 - Aditivo II	23/12/09	R$	Investimentos em redes de distribuição de energia elétrica	TJLP + 2,12% a.a./ TJLP + 3,12% a.a./ 4,50% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 2010 - Aditivo V	29/10/10	R$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82% a.a./ TJLP + 2,82% a.a./ 5,50% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
FINEP	14/10/09	R$	Projeto de inovação	TJLP - 6% + 5% a.a.	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES/FINEM - Aditivo IX	24/03/11	R$	Distribuição de energia elétrica	TJLP + 1,82% a.a./ TJLP + 2,82% a.a./ 5,50% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

O total devido em moeda nacional e estrangeira desdobra-se da seguinte forma:

	31/12/11		31/12/10	
Moeda Nacional	R$	%	R$	%
Juros préfixados	184.176	36,1	184.582	49,6
UFIR	14.702	2,9	17.727	4,8
TJLP	130.465	25,6	73.636	19,8
CDI	181.164	35,5	96.218	25,9
Total	**510.507**	**100,0**	**372.163**	**100,0**
Principal	491.766		366.441	
Encargos	18.741		5.722	

	31/12/11		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R$	%
Dólar norte americano	7.850	14.725	100,0
Total		**14.725**	
Principal		14.664	
Encargos		61	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Variação %	
Moeda/Indexador	31/12/11	31/12/10
Dólar norte americano	12,58	-
FINEL	-	3,17
TJLP	6,00	6,00
CDI	11,64	9,74

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	45.208	(908)	44.300
2013	56.353	(1.266)	55.087	45.065	(877)	44.188
2014	194.642	(764)	193.878	87.273	(632)	86.641
2015	141.737	(195)	141.542	128.944	(188)	128.756
2016	48.698	(18)	48.680	15.884	(13)	15.871
Após 2016	35.696	(4)	35.692	16.062	(3)	16.059
Total	**477.126**	**(2.247)**	**474.879**	**338.436**	**(2.621)**	**335.815**

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**36.348**	**335.815**	**-**	**-**	**372.163**
Ingressos	-	162.025	-	15.000	177.025
Encargos	35.173	6.941	227	-	42.341
Variação monetária e cambial	-	1	9	2.786	2.796
Swap	-	(401)	(1.891)	-	(2.292)
Efeito cumulativo marcação a mercado	208	(228)	(116)	(398)	(534)
Transferências	47.036	(47.036)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(65.412)	-	(892)	-	(66.304)
(-) Custos de Transação	(337)	374	-	-	37
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**53.016**	**457.491**	**(2.663)**	**17.388**	**525.232**

16 Debêntures

				31/12/11				31/12/10
				Encargos	Principal			
Debêntures	**Série**	**Quantidade de Títulos Emitidos**	**Remuneração**	**Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Total**
4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a.	997	36.352	72.720	110.069	146.790
(-) Custos de transação					(284)	(245)	(529)	(881)
Total				**997**	**36.068**	**72.475**	**109.540**	**145.909**

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):
A escritura de emissão das debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.
Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.
Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	36.357	(284)	36.073
2013	36.360	(176)	36.184	36.357	(176)	36.181
2014	36.360	(69)	36.291	36.358	(69)	36.289
Total	**72.720**	**(245)**	**72.475**	**109.072**	**(529)**	**108.543**

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**37.366**	**108.543**	**145.909**
Encargos	15.873	-	15.873
Transferências	36.352	(36.352)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(52.594)	-	(52.594)
(-) Custos de transação	68	284	352
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**37.065**	**72.475**	**109.540**

17 Salários e Encargos a Pagar

	31/12/11	31/12/10
Salários	464	188
Encargos sociais	649	484
Provisões férias	2.044	3.766
Encargos sobre provisões de férias	1.558	1.528
Provisão PLR	3.322	4.359
Total	**8.037**	**10.325**

18 Taxas Regulamentares

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão - RGR		1.868	1.351
Conta de Consumo de Combustível - CCC		5.158	4.651
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		795	745
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		418	352
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		209	176
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	10.196	6.945
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	23.948	18.848
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE		212	171
Encargo do consumidor - Tesouro Nacional		627	529
Total		**43.431**	**33.768**
Circulante		40.304	30.641
Não circulante		3.127	3.127

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarif

...Continuação

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/11	31/12/10
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	37.582	36.888
Ações preferenciais classe "A"	6.566	6.444
Ações preferenciais classe "B"	5.646	5.542
Total	**49.794**	**48.874**
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	232.128	253.664
Incentivo fiscal SUDENE	(32.951)	(41.656)
Absorção de prejuízo acumulado	-	(16.511)
Amortização do ágio incorporado	25.412	26.369
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(16.772)	(17.404)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(8.640)	(8.965)
Base de cálculo do dividendo	199.177	195.497
Dividendos mínimos obrigatórios	**49.794**	**48.874**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários - R$ 0,34653700 por ação ON e R$ 0,38119070 por ação PN	59.572	73.032
Juros sobre capital próprio - R$ 0,06281310 por ação ON e R$ 0,06909441 por ação PNA e PNB (10.798); R$ 0,06281891 por ação ON e R$ 0,06910081 por ação PNA e PNB (10.799); R$ 0,06281891 por ação ON e R$ 0,06910081 por ação PNA e PNB (10.799) e R$ 0,03040600 por ação ON e R$ 0,03344661 por ação PNA e PNB (5.227)	37.623	35.123
Dividendos adicionais propostos - R$ 0,59323899 por ação ON e R$ 0,65256289 por ação PNA e PNB	101.982	87.342
Total Bruto	**199.177**	**195.497**
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*)	(783)	(732)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	**9.389**
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	184.537
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(783)
Pagos no período	(187.085)
Prescritos	(149)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**5.909**

21 Provisões

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R$ 6.415 classificada no passivo circulante (R$ 6.581 em 31 de dezembro de 2010) e R$ 22.384 no não circulante (R$ 19.385 em 31 de dezembro de 2010) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**15.017**	**10.134**	**815**	**25.966**
Constituição	3.985	2.268	8.064	14.317
Baixas/reversão	(4.574)	(5.590)	(4.526)	(14.690)
Remuneração	1.528	1.328	350	3.206
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**15.956**	**8.140**	**4.703**	**28.799**

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da companhia	1.766	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.766	2.742
	376	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	939	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras	5.354	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.354	3.379
	4.221	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	300	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	8.836	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.836	8.896
	174	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	**21.966**			**15.956**	**15.017**

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes - Tarifas Plano Cruzado	1.407	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.407	3.183
	1.162	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	543	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	1.516	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.516	1.640
	8.585	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	568	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	1.871	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.871	1.670
	2.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	598	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	635	1ª, 2ª e 3ª	Provável	635	-
	3.962	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	445	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa	44	1ª, 2ª e 3ª	Provável	44	-
	466	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	2.667	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.667	3.641
	51.166	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.866	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	**83.474**			**8.140**	**10.134**

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros - Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Irregularidade de consumo - Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura de termos de ocorrências de irregularidades originados no desvio de energia, lavrados pela Concessionária.

Negativação SPC/Serasa - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais em virtude de negativação solicitada pela Concessionária em virtude de inadimplência.

Outras - Administrativa, Contrato de demanda, Poder normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Débito de terceiros, Honorários advocatícios, Corte indevido, Empréstimo compulsório, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de rede, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Societário.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/12/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS	759	1ª, 2ª e 3ª	Provável	759	-
	35.541	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	42
	27.715	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	64	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	28.831	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.737	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS	2	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	62	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62	-
	1.447	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	98.791	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	18.151	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	3.825	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.825	-
	988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	57	1ª, 2ª e 3ª	Provável	57	773
	1.367	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.443	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	**231.780**			**4.703**	**815**

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros.

IRPJ/CSLL - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

INSS - Refere-se a ação anulatória para desconstituir lançamentos relacionados a cobrança administrativa (auto de infração) que trata de contribuições previdenciárias sobre salários, pagamento de condenações em processos trabalhistas e de retenção em serviços prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingido pela decadência. Contudo, os consultores legais da empresa entendem que a outra parte dos valores cobrados podem ser devidos e consideram que a provisão constituída é suficiente para fazer frente a futuros desembolsos.

COFINS - refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008.

Outras - Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

22 Outros Passivos

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(1)	13.375	11.320
Empregados - adiantamento acordo coletivo		2	2
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		(16)	(37)
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Caução em garantia	(2)	6.265	3.760
Encargos CBEE		21	293
Adiantamentos recebidos		2.463	2.308
Outras		(436)	2.856
Total		**21.967**	**20.795**
Circulante		16.640	17.681
Não circulante		5.327	3.114

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

23 Patrimônio Líquido

Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$ 179.787. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	110.814.372	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.489	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.147.546	6,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0
Uptick	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5
Outros	1.352.803	1,1	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.530	1,2
Total	**129.746.219**	**100,0**	**20.606.128**	**100,0**	**17.721.681**	**100,0**	**168.074.028**	**100,0**

	R$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A.	118.537.132	85,4	17.657.921	80,1	15.666.286	82,6	151.861.339	84,5
Iberdrola Energia S.A.	8.715.356	6,3	2.372.226	10,8	1.515.928	8,0	12.603.510	7,0
Uptick	8.104.674	5,8	1.237.214	5,6	1.120.343	5,9	10.462.231	5,8
Previ	1.984.114	1,4	384.052	1,7	408.766	2,2	2.776.932	1,5
Outros	1.447.082	1,1	390.775	1,8	245.399	1,3	2.083.256	1,2
Total	**138.788.358**	**100,0**	**22.042.188**	**100,0**	**18.956.722**	**100,0**	**179.787.268**	**100,0**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva, no montante de R$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da sociedade que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota explicativa nº 8).

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o valor de R$ 32.951 (R$ 41.656 em 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da companhia aprovou a proposta de distribuição da reserva constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A. no montante de R$ 30.504.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

24 Receita Bruta

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Fornecimento de energia	(a)	572.259	586.693
Receita de operação e manutenção		562.333	578.576
Remuneração financeira wacc		9.926	8.117
Câmara de comercialização de energia - CCEE	(b)	7.360	19.848
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	914.166	825.933
Receita de operação e manutenção		898.309	814.507
Remuneração financeira wacc		15.857	11.426
Receita de construção da infraestrutura da concessão		160.318	181.150
Outras receitas		16.612	11.889
Total		**1.670.715**	**1.625.513**

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Consumidores:						
Residencial	982.263	942.138	1.531.495	1.467.782	586.065	531.713
Industrial	5.120	5.239	640.228	603.093	186.703	175.273
Comercial	75.221	72.899	851.203	830.685	356.084	336.793
Rural	63.825	65.105	297.441	322.075	60.927	66.496
Poder público	11.899	11.555	227.480	224.419	94.631	94.189
Iluminação pública	5.363	4.952	148.373	146.586	33.330	31.130
Serviço público	1.594	1.563	242.048	239.850	68.596	66.917
Consumo próprio	96	92	4.539	4.668	-	-
Suprimento	4	4	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	3.420	3.987
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo			-	-	(849.332)	(765.642)
Subtotal	1.145.385	1.103.547	3.942.807	3.839.158	540.424	540.856
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	31.835	45.837
Total	**1.145.385**	**1.103.547**	**3.942.807**	**3.839.158**	**572.259**	**586.693**

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.139, de 19 de abril de 2011, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 9,86% sendo 9,70% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 10,27% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

Receita Anual (RA0)	**1.044.583**
Encargos setoriais	129.207
Compra de energia elétrica	493.379
Transporte de Energia	68.340
Parcela A	**690.926**
Remuneração bruta de capital - parcela B	**430.149**
Receita requerida (parcela A +B)	**1.121.075**
CVA e neutralidade	**(9.238)**
Componentes financeiros	**(17.238)**
Subsídios tarifários	**83.382**
Total Comp. Financeiros e Subsídios	**56.906**
Reajuste econômico [(2) / (1)]	7,32%
Componentes financeiros e subsídios [(3) / (2)]	5,08%
Reajuste tarifário total [(4) + (5)]	**12,40%**
Reajuste percebido pelo consumidor	**9,86%**

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	Saldos em 31/12/11	Saldos em 31/12/10
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		64.834	60.291
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(i)	849.332	765.642
		914.166	**825.933**

(i) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23 de abril de 2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(c) Outras receitas

	Saldos em 31/12/11	Saldos em 31/12/10
Renda da prestação de serviços	3.229	837
Arrendamentos e aluguéis	6.441	5.376
Serviço taxado	2.383	1.637
Taxa de iluminação pública	2.936	2.574
Administração de faturas de fraudes	192	1.090
Outras receitas	1.431	375
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**16.612**	**11.889**

25 Deduções da Receita Bruta

	31/12/11	31/12/10
IMPOSTOS:		
ICMS	(285.618)	(260.419)
PIS	(24.824)	(23.474)
COFINS	(114.343)	(108.123)
ISS	(738)	(523)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(10.796)	(7.689)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(9.547)	(8.935)
Subvenção - Conta Consumo de Combustível - CCC	(59.876)	(49.941)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(4.668)	(4.864)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.867)	(1.946)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(934)	(973)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.867)	(1.946)
Encargos do consumidor - PROINFA	(3.165)	(2.919)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(2.801)	(2.918)
Total	**(521.044)**	**(474.670)**

26 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		31/12/11				
	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(22.261)	(10.938)	(22.686)	(55.885)	(62.888)
Administradores		-	-	(1.808)	(1.808)	(1.846)
Entidade de previdência privada		(1.016)	(329)	(2.266)	(3.611)	558
Material		(2.683)	(209)	(474)	(3.366)	(3.825)
Serviços de terceiros		(22.839)	(18.534)	(22.513)	(63.886)	(55.643)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(949)	(1.470)	-	(2.419)	(2.064)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(453.173)	-	-	(453.173)	(444.518)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(64.557)	-	-	(64.557)	(61.952)
Amortização	(d)	(39.830)	(9.363)	(3.411)	(52.604)	(45.192)
Arrendamentos e aluguéis		(24)	(74)	(436)	(534)	(308)
Tributos		(85)	-	(510)	(595)	(708)
Provisões líquidas - PCLD		(6.476)	3.759	-	(2.717)	(3.477)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(7.803)	-	(7.803)	(4.692)
Provisões líquidas - contingências		-	-	312	312	13.651
Provisões atuariais		-	-	107	107	26
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(160.318)	-	-	(160.318)	(181.150)
Alienação/desativação de bens e direitos		-	-	507	507	(18.558)
Outros	(e)	(831)	(2.581)	(5.092)	(8.504)	(10.501)
Total custos/despesas		**(775.042)**	**(47.542)**	**(58.270)**	**(880.854)**	**(883.087)**

(a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/11	31/12/10
Remunerações	(33.338)	(30.881)
Encargos sociais	(15.206)	(14.249)
Auxílio alimentação	(3.454)	(3.288)
Convênio assistencial e outros benefícios	(3.652)	(2.582)
Rescisões	(1.880)	(441)
Férias e 13º salário	(6.060)	(6.185)
Plano de saúde	(1.849)	(1.743)
Contencioso trabalhista	17	(7.506)
Participação nos resultados	(5.126)	(7.293)
Encerramento de ordem em curso	(94)	(6)
(-) Transferências para ordens	14.757	11.286
Total	**(55.885)**	**(62.888)**

(b) Custo com energia elétrica comprada para revenda

	31/12/11		31/12/10	
	R$	MWh (*)	R$	MWh (*)
Terceiros	(465.341)	3.919.870	(367.248)	3.759.593
Partes relacionadas	(7.560)	762.120	(90.282)	770.880
Câmara de comercialização de energia elétrica	(689)	-	(4.147)	111.612
Proinfa	(15.156)	106.243	(16.640)	104.404
Encargos serviço sistema - ESS/EER	(6.958)	-	(6.168)	-
Créditos de PIS e COFINS	42.531	-	39.967	-
Total	**(453.173)**	**4.788.233**	**(444.518)**	**4.746.489**

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

(c) Custo com encargos de uso do sistema de transmissão

	31/12/11	31/12/10
Terceiros	(73.899)	(70.004)
Partes relacionadas	(97)	(116)
Parcela de ajuste (transmissoras)	-	356
Crédito PIS/COFINS	9.439	7.812
Total	**(64.557)**	**(61.952)**

(d) Amortização

	31/12/11	31/12/10
Quota de amortização no exercício	(53.680)	(46.134)
(-) Amortização transferida para ordens em curso	-	67
(-) Crédito PIS/COFINS	1.076	875
Amortização residual no resultado	**(52.604)**	**(45.192)**

(e) Outros custos e despesas

	31/12/11	31/12/10
Seguros	(253)	(331)
Doações e contribuições	(994)	(990)
Recuperação de despesa	419	-
Publicações e avisos de desligamentos	(29)	(32)
Órgãos de classe do setor elétrico	(666)	(627)
Despesas de viagem	(1.226)	(1.135)
Consumo próprio e energia elétrica	(69)	(62)
Propaganda e publicidade	(677)	(906)
Indenização processos cíveis e fiscais	(2.619)	(4.411)
Alimentação	(287)	(817)
Encerramento de ordem em curso	(58)	(34)
Outros	(2.045)	(1.156)
Total	**(8.504)**	**(10.501)**

27 Receitas e Despesas Financeiras

Receita Financeira	31/12/11	31/12/10
Renda de aplicações financeiras	15.445	13.735
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	33.979	55.447
Variação monetária	30.048	15.814
Variação cambial	1.830	-
Operações swap	3.788	-
Outras receitas financeiras	1.482	986
Total	**86.572**	**85.982**
Despesa Financeira	**31/12/11**	**31/12/10**
Encargos de dívida	(53.122)	(38.923)
Variação monetária	(17.607)	(7.088)
Variação cambial	(4.624)	-
Operações swap	(1.496)	-
Outras despesas financeiras	(8.001)	(6.021)
Total	**(84.850)**	**(52.032)**

28 Participações nos Resultados

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2011 foi de R$ 5.126 (R$ 7.293 em 31 de dezembro de 2010).

29 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

			31/12/11			31/12/10		
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amara Brasil	c)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	71	(1.803)	-	68	(951)
Neoenergia S.A.		Aluguel/comodato	-	18	(199)	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	4.411	(4.411)	-	7.409	(7.409)
		Outras	-	201	-	-	-	-
			-	**4.630**	**(4.610)**	**-**	**7.409**	**(7.409)**
Iberdrola Energia S.A.		Juros sobre capital próprio	-	314	(314)	-	527	(527)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	d)	Juros sobre capital próprio	-	81	(81)	-	136	(136)
		Outras	3.186	247.409	(35.532)	832	152.727	(8.501)
Coelba		Outras	-	110	-	-	-	-
Celpe		Outras	705	357	-	-	-	-
Termopernambuco		Outras	-	82	-	-	-	-
Itapebi		Outras	884	153	-	-	-	-
Geração CIII		Outras	-	19	-	-	-	-
NC Energia		Outras	-	6	-	-	-	-
Neoenergia Serviços		Prestação de serviço	-	165	(2.107)	-	-	(1.218)
		Outras	-	3	-	-	-	-
			-	**168**	**(2.107)**	**-**	**-**	**(1.218)**
Baguari I	a)	Energia comprada	-	174	(1.325)	-	164	(1.246)
		Outras	-	17	-	-	-	-
			-	**191**	**(1.325)**	**-**	**164**	**(1.246)**
Bahia PCH I		Outras	-	9	-	-	-	-
Rio PCH I	a)	Energia comprada	-	108	(819)	-	101	(773)
		Outras	-	10	-	-	-	-
			-	**118**	**(819)**	**-**	**101**	**(773)**
Neoenergia Investimentos		Outras	-	1	-	-	-	-
Goiás Sul	a)	Energia comprada	-	107	(788)	-	74	(408)
		Outras	-	13	-	-	-	-
			-	**120**	**(788)**	**-**	**74**	**(408)**
SE Naramdiba	b)	Uso da rede	-	-	(4)	-	-	-
		Outras	-	4	-	-	-	-
			-	**4**	**(4)**	**-**	**-**	**-**
Afluente Geração		Outras	-	9	-	-	-	-
Afluente Transmissão	b)	Uso da rede	-	8	(93)	-	10	(116)
		Outras	-	54	-	-	-	-
			-	**62**	**(93)**	**-**	**10**	**(116)**
Energética Águas da Pedra	a)	Energia comprada	-	608	(4.628)	-	-	-
		Outras	-	58	-	-	-	-
			-	**666**	**(4.628)**	**-**	**-**	**-**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica:

Baguari I - Contrato nº 4600017985, vigência de 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº 589 de 11 de dezembro de 2007.

Rio PCH I - Contrato nº 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.163 de dezembro de 2007.

Goiás Sul - Contrato nº 4600017990 e 4600017991, vigência de 1º de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº 881 e 882 de 24 de abril de 2007.

Energética Águas da Pedra - Contrato 4600020539, vigência de 01 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 232 de 19 de setembro de 2006.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente - Contrato nº 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, COSERN e a Afluente, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007603, de uso do s

...Continuação

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R$ 53.000 - é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor justo. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais - tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem nenhum caráter especulativo.

✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros - consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

		Ativos (Passivos)			
		31/12/11		31/12/10	
Ativo	**Categoria**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	154.560	154.560	25.217	25.217
Títulos e valores mobiliários	Mantidos até o vencimento	46.153	46.153	44.877	44.877
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	432.256	432.256	436.807	436.807
Passivo					
Fornecedores	Não mensurado ao valor justo	(91.755)	(91.755)	(92.554)	(92.554)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Objeto de hedge	(66.245)	(66.245)	(57.370)	(57.370)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(447.449)	(447.449)	(315.626)	(315.626)
Debêntures em moeda nacional	Não mensurado ao valor justo	(109.540)	(131.643)	(145.909)	(144.888)
Empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira	Objeto de hedge	(16.456)	(16.456)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Destinados a hedge (hedge accounting)	4.918	4.918	833	833

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

✓ Operação de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

✓ Operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

				Valores de Referência						Efeito Acumulado
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		31/12/11
Descrição	**Contraparte**	**Data dos Contratos**	**Data de Vencimento**	**Posição**	**31/12/11**	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**	**Valor a Receber/ Recebido - a Pagar/Pago**
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Bank Of America	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9.482	-	R$ 15.000	-	16.989	-	-
Passiva				107,85% do CDI					15.258	-	-
									1.731	**-**	**1.890**
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a.	-	-	R$ 53.000	R$ 53.000	66.245	57.370	-
Passiva				99,5% do CDI					63.058	56.537	-
									3.187	**833**	**401**
Total									**4.918**	**833**	**2.291**

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos. Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco

- Riscos financeiros

✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira indexado a variação cambial captada no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 2.291.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

		Efeitos	
	Variação na Taxa do US$	**No Resultado**	**No Patrimônio Líquido**
2011	(6,70%)	(1.018)	(1.018)
2010	0,00%	-	-

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia:

		Efeitos	
31/12/11	**Aumento/Redução em Pontos-Base**	**No Resultado**	**No Patrimônio Líquido**
Ativos financeiros			
CDI	(0,83%)	(1.616)	(1.616)
Passivos financeiros			
CDI	(0,83%)	(2.413)	(2.413)
31/12/10			
Ativos financeiros			
CDI	0,99%	649	649
Passivos financeiros			
CDI	0,99%	2.397	2.397

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº 16).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	**Definição**	**Limites**
Dívida Líquida EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	≦ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo/ Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano)	≦ 20% segmento de distribuição
EBITDA/Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia	≧ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31 Compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

Vigência	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**Após 2016**
2012 a 2042	629.487	626.026	602.876	619.896	628.952	9.507.774

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2009, e foram homologados pela ANEEL.

32 Entidade de Previdência Privada

Planos Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único ou parcelado, a critério do participante ou de seus beneficiários. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 corresponde a 5,73% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,67% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas dos planos previdenciários administrados pela FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	31/12/11	**31/12/10**
Custo do Imobilizado em Curso	458	335
Despesas Operacionais	(3.611)	558
Total	**(3.153)**	**893**

Avaliação atuarial dos planos previdenciários

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Os pareceres atuariais, emitidos por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FASERN, em 31 de dezembro de 2011 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e pelo CPC 33.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	578	489	65.216	59.753
Valor justo dos ativos do plano	381	712	100.233	93.084
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	197	(223)	(35.017)	(33.331)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	(199)	330	2.287	3.490
Efeito do limite de Parágrafo 58 (b) (1)	-	-	29.570	25.479
Passivo/(ativo) atuarial líquido total	**(2)**	**107**	**(3.160)**	**(4.362)**

(1) Refere-se a parte do superávit acumulado do Plano BD não atribuível à Companhia na observância da proporção contributiva (50%) no período em que se deu a constituição do superávit. O valor calculado está em conformidade com o parágrafo 58(b) da Deliberação CVM nº 600/09.

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Custo do serviço corrente (com juros, líquido da contribuição do participante)	48	44	-	-
Juros sobre as obrigações atuarias	58	53	6.151	5.661
Rendimento esperando dos ativos do plano	(88)	(44)	(10.328)	(8.424)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais líquidos	(23)	-	1.289	-
Efeito do limite de parágrafo 58(b) (1)	-	-	4.091	453
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	**(5)**	**53**	**1.203**	**(2.310)**
Rendimento efetivo dos ativos do plano	(439)	215	13.074	9.111

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são os seguintes:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Valor das obrigações no início do ano	489	501	59.753	60.801
Custo do serviço corrente bruto (1)	48	44	-	-
Juros sobre obrigação atuarial	58	53	6.151	5.662
Contribuição de participantes vertidas no ano	3	2	-	-
(Ganho)/perda atuarial	(20)	(111)	5.238	(1.468)
Benefícios pagos no ano	-	-	(5.926)	(5.242)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	**578**	**489**	**65.216**	**59.753**

(1) Com juros, líquido da contribuição do participante

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Valor justo dos ativos no início do ano	712	414	93.084	89.215
Rendimento esperado no ano	88	44	10.328	8.425
Ganho (perda)/ atuariais nos ativos do plano	(526)	171	2.746	686
Contribuições da patrocinadora	104	80	-	-
Contribuições de participantes	3	2	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(5.926)	(5.242)
Valor justo dos ativos no final do ano	**381**	**711**	**100.232**	**93.084**

A Deliberação CVM nº 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 - Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese,o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2012:

	Nº 1 - CD	**Nº 2 - BD**
Contribuição de participante	3	-
Contribuição da empresa	105	-

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes ao exercício 2011 e 2010:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99%	10,77%	10,99%	10,77%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,73%	11,70%	10,73%	11,42%
Taxa de aumento nominal dos salários	7,10%	6,59%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,00%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	4,50%	5,00%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15/(tempo de serviço + 1)	0,15/(tempo de serviço + 1)	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Não aplicável	Não aplicável

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela COSERN, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela FASERN.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

	Nº 1 - CD		**Nº 2 - BD**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Renda variável	26,10%	21,35%	6,00%	5,69%
Renda fixa	69,30%	74,53%	93,00%	93,33%
Imóveis	-	-	0,50%	0,41%
Outros	4,60%	4,12%	0,50%	0,57%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R$ 8.885 (R$ 7.017 em 31 de dezembro de 2010).

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos	**Data da Vigência**	**Importância Segurada (R$)**	**Prêmio (R$)**
Riscos nomeados - subestações e usinas	08/10/2011 a 08/10/2012	48.852.067	100.165
Riscos nomeados - imóveis próprios e locados	08/10/2011 a 08/10/2012	38.941.043	79.844
Responsabilidade civil geral - operações	08/10/2011 a 08/10/2012	-	130.309
Veículos	08/10/2011 a 08/10/2012	-	23.479

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, sendo que as subestações e usinas têm cobertura adicional contra danos elétricos e tumulto.

Responsabilidade civil geral - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O Limite Máximo de Indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da COSERN é de R$ 3.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela presente apólice de Responsabilidade Civil em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R$ 4.500.

Transporte (Nacional e Internacional) - garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos - coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a "Tabela Fipe", não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

34 Questões Ambientais (*)

A COSERN, ciente das suas responsabilidades como Empresa Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, desenvolve, cada vez mais, ações no intuito de identificar, solucionar e preservar o meio ambiente com práticas ecologicamente sustentáveis, que minimizem os impactos ambientais com relação aos recursos naturais. A Empresa procura solucionar eventuais impactos de seus produtos, processos e instalações sobre os ecossistemas e a sociedade. Destacam-se em 2011, as seguintes ações ambientais:

a) Em 2011, a Empresa deu continuidade ao Projeto Logisverde onde promoveu o reuso de 36% das 2.600 bobinas de madeira adquiridas em 2011, um salto de 13% do executado no projeto, em 2010. Além disso, realizou ações de educação ambiental em Natal, Mossoró e Currais Novos. Estas ações contaram com a distribuição de 250 mudas de árvores nativas e a participação de 70 colaboradores entre eletricistas, técnicos da empresa e prestadores de serviço. Em 2011, realizou também a Semana de Meio Ambiente em Natal com o plantio de 300 mudas de arvores nativas no Parque das Dunas na Via Costeira.

Em continuidade ao estudo pioneiro desenvolvido pela COSERN desde 2008, que visa substituir gradativamente o óleo mineral isolante nos religadores, transformadores e reguladores de tensão pelo óleo vegetal, a Companhia implementou no estudo mais 5 religadores e 2 transformadores auxiliares em subestações e adquiriu 10 transformadores de distribuição para análise do comportamento do óleo vegetal nestes equipamentos. O principal objetivo é reduzir o uso do óleo mineral pelo óleo vegetal, que por suas propriedades se decompõe rapidamente na natureza no caso de vazamento.

Quanto à expansão do sistema, obteve-se o licenciamento ambiental para a construção da Subestação Eloy de Souza e ampliação das subestações de Extremoz, Macaiba e Serra Vermelha, construção das linhas de distribuição - LD 69 kV - Acari/Caicó C2, derivação para Alto da Pedra e derivação para Barrocas, além da reforma da linha de distribuição - LD 69 kV Mossoró II/ Canto do Amaro.

b) Em 2011, o Programa de Eficiência Energética realizou ações através do Projeto Energia Social "Nova Geladeira", contemplando 19 municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do RN, voltados a consumidores classificados como baixa renda conforme enquadramento na tarifa social do Governo Federal, para os quais a Companhia realizou palestras de educação sobre o uso racional e eficiente de energia, e promoveu a doação de 9.530 geladeiras e 49.125 lâmpadas fluorescentes compactas eficientes. Merece destaque, também em 2011, a continuidade da execução do projeto Energia Verde iniciado em 2010 e que até dezembro de 2011, teve cerca de 2.500 clientes inscritos, proporcionando a troca 2.200 equipamentos ineficientes com um investimento de mais de R$ 500 em bônus aos clientes inscritos no projeto, para incentivo à troca dos equipamentos. Além disso, foram doadas mais de 10.000 lâmpadas eficientes aos participantes, durante a inscrição no projeto.

Destacamos ainda, como ações pertinentes à Política de Meio Ambiente da Cosern que visa a prevenção, preservação e minimização dos impactos ambientais causados pelo desempenho das atividades que estão em curso, tais como: rede compacta ou isolada; redes urbanas de 69kV com postes de altura superior a copa das árvores; poda de árvores, dentre outras.

	Ativo		**Resultado**	
	31/12/11	**31/12/10**	**31/12/11**	**31/12/10**
Recursos Aplicados	315	-	85	15

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN** tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2011, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela contadora da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Terco e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanços sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Natal, 25 de janeiro de 2012

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva - ***Presidente***
Gonzalo Pérez Fernandez - ***Vice-Presidente***

Efetivos
Clayton Ferraz de Paiva
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
Jorge Luiz Pacheco
Gonzalo Gómez Alcántara
Pedro Damásio da Costa Neto
José Maurício Pereira Coelho

Suplentes
Ari Sarmento do Valle Barbosa
Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Cássio Valério Medeiros Soares de Souza
Lara Cristina Ribeiro Piau Marque
Cecília Maria Habib Sant'anna Reis
Roberto Medeiros dos Santos
Zenóbio do Rêgo Filho
André Luis Dantas Furtado

CONSELHO FISCAL

Rodolfo Fernandes da Rocha
Presidente

Rogério Magno Panca Érico Cavalcanti Furtado Luiz Carlos Faria Ribeiro

Suplentes
Francesco Gaudio
Rubens André Chagas de Brito
Hudson de Azevedo
Antônio Carlos dos Anjos Costa

DIRETORIA EXECUTIVA

José Roberto Bezerra de Medeiros
Diretor-Presidente
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle
Lady Batista de Morais
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração

CONTADORA

Fabiana Felix Teixeira Barbosa - CRC PE-017865/O-4 T-RN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
Natal - RN

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro